



Centro Universitário de Brasília - Uniceub

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

LUCIANE OLIVEIRA SILVA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: (In)Aplicabilidade
da Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino**

Brasília

2016

LUCIANE OLIVEIRA SILVA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: (In)Aplicabilidade da Lei
Maria da Penha para vítimas do sexo masculino**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Direito, sob a orientação do Professor
José Carlos Veloso Filho.

Brasília

2016

LUCIANE OLIVEIRA SILVA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: (In)Aplicabilidade da Lei
Maria da Penha para vítimas do sexo masculino**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Direito, sob a orientação do Professor José
Carlos Veloso Filho.

Brasília, ____ de _____ de 2016

BANCA EXAMINADORA

José Carlos Veloso Filho
Orientador

Examinador 1

Examinador 2

Dedico o presente trabalho acadêmico primeiramente a Deus, aos meus pais, ao meu irmão Leonardo e aos meus grandes amigos Dr. Jean Medeiros e Dr. Daniel Macedo.

RESUMO

O presente trabalho analisa a possibilidade de aplicação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino. A Jurisprudência utilizada diverge quanto à aplicabilidade e a inaplicabilidade, o intuito é expor os argumentos em todas as decisões, a favor e contra a aplicação da Lei nessa situação. Primeiro são analisadas as decisões que aplicaram a Lei Maria da Penha para as vítimas do sexo masculino, argumentando sobre a inconstitucionalidade por ferir o princípio da igualdade ao direcionar a Lei apenas às mulheres, e se utilizando do princípio da analogia posto que não há uma lei específica quando a vítima de violência doméstica é do sexo masculino. Posteriormente é analisado todo o acórdão da Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 de 2012 que declara o artigo 1º da Lei Maria da Penha constitucional, afastando os argumentos utilizados nas decisões de aplicabilidade para vítimas do sexo masculino, pois o fato da Lei ser direcionada somente às mulheres não a torna inconstitucional de pleno, ademais os homens em situação similar são amparados pelo Código Penal Brasileiro. Em seguida analisam-se as decisões que não aplicam a Lei para vítimas do sexo masculino, de acordo com o entendimento atual. Assim é feita a análise conclusiva dos julgados, onde se conclui que é inviável a aplicação da Lei Maria da Penha para vítimas de violência doméstica do sexo masculino.

Palavras-chaves: Lei Maria da Penha. Aplicabilidade. Inaplicabilidade. Vítimas do sexo masculino. Violência doméstica e familiar. Constitucionalidade. Jurisprudência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 COMPREENDENDO A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DECISÕES.....	10
1.1 Não Fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós- graduação em Direito.....	10
1.2 Metodologia de Análise de Decisões – MAD	13
2 LEI MARIA DA PENHA E SUA (IN)APLICABILIDADE PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO SEXO MASCULINO.....	18
2.1 Aplicabilidade da Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino .. Erro! Indicador não definido.	
2.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 de 2012.....	25
2.3 Inaplicabilidade da Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino	45
2.4 Análise Conclusiva dos Julgados a partir da MAD	51
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da aplicabilidade ou inaplicabilidade da Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino analisando decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais antes e depois da Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 de 2012 que declarou constitucional o artigo 1º da Lei 11.340/2006, o qual foi assunto de várias divergências quanto a sua interpretação.

Antes de analisar decisões judiciais, assim como a ação declaratória de Constitucionalidade explorada no trabalho, é necessário entender a metodologia para tal análise. O primeiro capítulo do trabalho versa sobre dois textos indispensáveis em uma pesquisa que analisa decisões, sendo o primeiro o artigo de Luciano Oliveira, “Não Fale do Código de Hamurábi”, e o segundo o artigo de Roberto Freitas Filho e Thalita Moraes Lima, “Metodologia de Análise de Decisões – MAD”. Os textos mostram os caminhos a serem seguidos pelo pesquisador, direcionam este à ideal interpretação, delimitação, elaboração e organização da pesquisa no que se refere à análise de decisões.

O artigo “Não Fale do Código de Hamurábi” é basicamente o ponto chave para a delimitação do tema pesquisado, pois por se tratar de uma pesquisa específica, o artigo explica que se torna totalmente desnecessário tratar de fatores históricos tentando buscar um contexto, o que prejudica o objetivo da pesquisa.

Já o artigo “Metodologia de Análise de Decisões – MAD” é primordial para a interpretação, elaboração e organização da pesquisa. O MAD não só ensina como fazer a análise de decisões, mas também como organizá-la.

Um artigo complementa o outro, pois também não se pode analisar as decisões de forma correta sem delimitar devidamente o assunto, e vice versa, assim ao trazer os dois artigos para a pesquisa, o intuito não é apenas torná-la mais acurada como também deixar o leitor inteirado do porquê da pesquisa ter sido feita daquela forma e de certos fatos terem sido considerados ou não.

Ao passar para o tema em si da pesquisa, o segundo capítulo trata da Lei Maria da Penha e sua aplicação ou não para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino. A Lei 11.340/2006, em seu artigo 1º, se direciona apenas

às mulheres, o que causa divergência e interpretações diferenciadas. Ao analisar a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nota-se que há os que interpretam como uma inconstitucionalidade por ferir o princípio da igualdade, há os que interpretam fazendo uso do princípio da analogia, e há os que abominam esses argumentos.

Primeiro são analisadas as decisões no Tribunal de Justiça de Minas Gerais que aplicam a Lei 11.340/2006 para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino, mostrando os argumentos de inconstitucionalidade e aplicação do princípio da analogia. No entendimento pela aplicabilidade há linhas de pensamentos distintas, uns militam apenas para a inconstitucionalidade por ferir o princípio da igualdade formal, já que a Lei se direciona apenas às mulheres, não amparando os homens em situações de equivalência. Outros, que também entendem pela aplicabilidade, afastam a necessidade de alegar inconstitucionalidade, pois ao interpretarem a Lei, não vêem ressalvas quanto às vítimas serem do sexo masculino, além de levarem em consideração que não há lei específica para os homens em situação de violência doméstica e familiar, assim defendem a aplicação do princípio da analogia.

Posteriormente é analisada a Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 de 2012, a qual é julgada, por unanimidade, procedente. Esta ação declara constitucional o artigo 1º da Lei 11.340/2006 que se direciona apenas às mulheres. Todos os Ministros entendem que a Lei Maria da Penha foi elaborada por diversos motivos advindos das desigualdades de gêneros e propositalmente foi direcionada às mulheres.

De acordo com os Ministros que julgaram a ADC 19, as mulheres sempre foram vítima de preconceitos, apesar de muitas conquistas, do grande espaço que vêm ocupando, ainda assim são vistas como submissas aos homens, e o que é pior, sofrem, dentro de sua própria casa, discriminação pelo simples fato de serem mulheres. É claro e evidente que a violência contra a mulher é devida à discriminação de gêneros, assim como o poder que o homem exerce, ainda hoje, sobre a mulher, merecendo, tal situação de violência, uma atenção especial, já que existe aqui um desequilíbrio. Portanto, em cumprimento não só a fatores históricos, mas também a necessidade de equilibrar as desigualdades existentes, além de

cumprir com tratados internacionais, a Lei Maria da Penha foi elaborada para suprir esse déficit social.

Logo após são analisadas as decisões que não aplicam a Lei 11.340/2006 quando as vítimas de violência doméstica e familiar são do sexo masculino, por entenderem, principalmente, que ao se direcionar apenas às mulheres a Lei não é inconstitucional, pois esta está totalmente em acordo com o princípio da igualdade previsto pela Constituição Federal, ao considerar essencialmente os argumentos alegados na Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 de 2012, ademais, não aceitam a aplicação do princípio da analogia nessa situação, como argumentam os que entendem pela aplicabilidade, pois o Código Penal e o Código de Processo Penal amparam os homens quando estes estão em situação de violência doméstica e familiar. Neste último ponto, também é levado em consideração que a violência doméstica e familiar é cometida principalmente contra a mulher, por tal motivo existe uma lei específica, e que por ser, essa mesma violência, cometida contra o homem em, significativamente, quantidade menor do que contra as mulheres tornam-se exceções, não fazendo jus á uma ação afirmativa, por ser uma pequena demanda.

Para finalizar o capítulo é feita a análise conclusiva dos julgados a partir da MAD, tal análise tem o intuito de mostrar de forma geral o ponto que se chega levando em consideração ambos os lados divergentes, os argumentos preponderantes, os neutros e os que são inadmissíveis.

É considerável que quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor ainda não havia entendimentos formados quanto a sua interpretação, assim havia tanto entendimentos ponderados como, de certa forma, imaturos, o que causava divergências que com o tempo foram sendo resolvidas, consolidando o atual entendimento, principalmente com a declaração de constitucionalidade do artigo 1º da citada Lei, e todos os esclarecimentos expostos nos votos dos Ministros.

Os argumentos fáticos e os fundamentos para a inaplicabilidade da Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino contestam todos aqueles utilizados para a aplicabilidade, deixando evidente uma melhor anuência e convencimento das justificativas para não aplicar a Lei Maria da Penha quando a vítima é homem, sendo este o atual entendimento.

1. COMPREENDENDO A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DECISÕES

A metodologia de análise de texto compõe o primeiro capítulo por orientar o procedimento a ser seguido durante a pesquisa, como delimitar o tema, os pontos relevantes, o que não deve integrar a pesquisa e como se deve analisar decisões judiciais.

O primeiro texto a ser analisado é o artigo de Luciano Oliveira, “Não Fale do Código de Hamurábi”, onde sua ideia central é mostrar o que é e o que não é relevante para uma pesquisa, o que de fato importa e o que é desprezível. O segundo texto é o artigo de Roberto Freitas Filho e Thalita Moraes Lima, “Metodologia de Análise de Decisões – MAD” que explica passo a passo como analisar uma decisão.

1.1. Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito

O texto, escrito por Luciano Oliveira, visa tratar da importância da Sociologia Jurídica trazendo alguns pontos para reflexão seguidos de um modelo de pesquisa, com o intuito de facilitar a produção de uma dissertação ou uma tese.¹

Ao trazer a diferença entre uma pesquisa sociológica e uma pesquisa jurídica, nota-se que para aquela os pontos centrais são extrínsecos ao direito, trata-se de fatores que influenciam em problemas jurídicos, já para a pesquisa jurídica, como o nome já diz, concentra-se nas questões legais, isolando-se de efeitos sociais.²

Ao delimitar a problemática do trabalho, é importante ser objetivo, não fugir do tema, deixar de lado pontos insignificantes à pesquisa e não esquecer de se manter neutro, defender seu ponto de vista desde que seja fundamentado, isto é, é necessário que seja apresentado as divergências e o embasamento da sua

¹ “[...] Trata-se, num momento em que a presença da Sociologia Jurídica nos cursos jurídicos ganha força, de dar uma contribuição pessoal a um debate que, diferentemente do que ocorre com aquele específico sobre a disciplina na graduação, parece não ter sido ainda instaurado. Daqui para a frente irei, num primeiro momento, levantar alguns problemas que vejo amiúde existir na produção acadêmica da pós-graduação em direito; e, num segundo momento, sugerir, mais do que propriamente um modelo acabado de dissertação ou tese, um tipo de trabalho que chamarei de “pesquisa sócio-jurídica” – cujo significado precisarei adiante.” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

² “[...] a pesquisa sociológica olharia o direito “de fora”, enquanto a pesquisa jurídica olharia o direito “de dentro”. OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

conclusão, pois ao demonstrar só um lado da história estará desrespeitando a neutralidade axiológica, contaminando a pesquisa com críticas pessoais.³

Ao se concentrar apenas em leituras, publicidades censuradas, em um mundo abstrato de modo geral, nasce o preconceito e o achismo, portanto é importante lidar com dados reais, com fatos concretos e divulgações comprovadas.⁴

Luciano Oliveira ressalta problemas levantados pelo professor João Maurício Adeodato como, a falta de conhecimento para pesquisar, a falta de tempo⁵, a ampliação do tema⁶, falta de jurisprudência e casos concretos, entre outros. O autor faz essa citação por achar importante refletir acerca desses problemas que interferem de forma negativa na produção da pesquisa, assim, ele faz referência ao que chama de “manualismo”, que, pra ele, é o uso abusivo de manuais e de livros de doutrina.⁷ Tal uso, associado com a falta de tempo e a ampliação exagerada do tema, aumenta a complexidade do trabalho, fugindo do objetivo e dificultando o entendimento do leitor, pois transmite várias informações desnecessárias ao público alvo, o qual busca uma pesquisa específica e não todo um contexto histórico que deu surgimento ao problema e seus conceitos inerentes.

Ao tratar da pesquisa sócio-jurídica em si, o autor cita Maria Guadalupe que ressalta a escassez de pesquisas empíricas no campo do direito, diminuindo, segundo ela, o potencial e a qualidade das pesquisas. Assim surge a necessidade

³ “[...] Como trabalho acadêmico, ele deverá jungir-se a alguns princípios que o presidem, como o da objetividade e, tanto quanto possível, o da sempre problemática – mas no final das contas e em alguma medida incontornável – neutralidade axiológica.[...]” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

⁴ “Umás e outras – críticas e exortações – parecem pretender escapar da pecha tão comumente aplicada aos juristas de fugirem do contato com a realidade empírica e se refugiarem num mundo de abstrações, produzindo um saber “alienado”. [...]” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

⁵ “Eis aí uma questão importante: falta de tempo.” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

⁶ “[...] quero me referir a um outro traço bastante encontrado em dissertações e teses: a inserção de itens, às vezes de capítulos inteiros do que seriam a “visão” da sociologia – mas também da história, da filosofia etc. – sobre o tema objeto do trabalho. Normalmente isso é apresentado como se se tratasse de uma perspectiva interdisciplinar. Mas termina sendo nada mais nada menos do que uma confusão.” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

⁷ “[...] Um deles, provavelmente decorrência do uso abusivo de manuais e de livros de doutrina, é o que tenho chamado de “manualismo”, ou seja, a tendência a escrever na dissertação ou tese verdadeiros capítulos de manual, explicando redundantemente – pois trata-se de coisas amplamente sabidas por quem já passou por um curso de direito – o significado de princípios e conceitos que são como que o bê-a-bá da disciplina. [...]” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

da pesquisa sócio-jurídica que contribui de forma positiva e significativa para aumentar o potencial e a qualidade da pesquisa.⁸

De acordo com o texto, a pesquisa sócio-jurídica deve ser iniciada definindo, primeiramente, o problema da pesquisa, que é uma das dificuldades dos alunos da área jurídica.⁹

O autor enfatiza, não é recomendado que a pesquisa seja feita de forma bem contextualizada, buscando toda a história até chegar ao problema, tão pouco buscando diversas doutrinas com diversas posições, enchendo a pesquisa de conceitos desnecessários.¹⁰ Uma pesquisa empírica solucionaria esse problema, principalmente para o pesquisador fugir do senso comum e se basear em dados e fundamentos reais e plausíveis. Acrescenta ainda, que não é necessário uma pesquisa técnica que necessitaria de outras pessoas especializadas para se concretizar, a grande complexidade da pesquisa atrapalha na produção correndo mais risco de fugir do objetivo.¹¹

⁸ “O meu ponto de partida é um texto de Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca a respeito da pesquisa jurídica e da sociologia aplicada ao direito. A autora parte de uma constatação – a de que “a pesquisa empírica não tem tradição no campo do direito” –, seguida de uma avaliação merecedora de largo consenso – a de que “a pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e legislativa, praticada por profissionais do direito, não possui potencial renovador maior, porque permanece no círculo do saber constituído” (Fonseca, 2002: 183)⁸. Ela reconhece que os juristas têm exercitado “críticas que têm a dogmática jurídica como alvo”, considera que tais críticas são, “na maior parte das vezes, procedentes”, mas não se furta de observar que elas “seriam mais incisivas e convincentes se respaldadas em dados concretos e na sua análise” (*ibidem*). Daí a contribuição que justamente a pesquisa sócio-jurídica poderia dar.” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

⁹ “Isso dito, considero que a pesquisa sócio-jurídica, atenta aos padrões vigentes na pesquisa científica de um modo geral, deveria começar pela definição do problema da pesquisa. [...]” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

¹⁰ “[...] Ao se pôr esse problema, uma das soluções possíveis, que enfaticamente *não recomendo*, seria resolvê-lo apelando para o “universalismo a-histórico” (mostrando como o Código de Hamurábi já tinha preocupações com a justiça social...) e para o “manualismo” (escrevendo um capítulo sobre os direitos fundamentais, outro sobre várias concepções de justiça, de Aristóteles a Rawls etc.), tudo isso embalado pelo “reverencialismo” (“como preleciona fulano”, “segundo o magistério de sicrano” etc.), até um final retórico exortando os nossos governantes a cumprirem os direitos sociais insculpidos na Constituição. [...]” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

¹¹ “[...] Sendo a pesquisa sócio-jurídica – noutros termos, *jurídica* –, creio poder lhe ser perfeitamente adequada o que chamaria de uma metodologia de baixa complexidade. [...]” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

Ao finalizar o texto, o autor passa a ideia principal, para que a pesquisa fique completa e com qualidade, é necessário que o texto tenha um bom começo, um bom final, e um meio extremamente bom.¹²

1.2. Metodologia de Análise de Decisões - MAD

Este artigo explica uma metodologia de produção de trabalhos teóricos no campo do Direito denominada Metodologia de Análise de Decisões – MAD,¹³ a qual surgiu da necessidade de organização metódica para se buscar uma conclusão baseada em decisões de uma mesma situação, por pessoas, circunstâncias e momentos distintos.¹⁴

Como toda metodologia, a MAD instrui etapas para atingir uma finalidade,¹⁵ sendo neste caso, apreciar decisões judiciais,¹⁶ mas se difere do Estudo de Caso e da Análise de Jurisprudência pela forma que procede, pelos objetivos e pelo instrumento teórico utilizado em seus passos.¹⁷

No estudo de Caso, o pesquisador tem uma percepção mais exata das circunstâncias ligadas a certo resultado e toda sua complexidade,¹⁸ ademais

¹² “[...] E o mestre responde que é preciso um bom começo e um bom final. “E no meio?” – pergunta o candidato à glória literária. Ao que o grande contista responde: “Aí é onde entra o talento”...” OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

¹³ “O presente texto objetiva apresentar e descrever uma metodologia de produção de trabalhos teóricos no campo do Direito - a Metodologia de Análise de Decisões, doravante também identificada por MAD. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

¹⁴ “A reflexão se originou da necessidade de organização metódica, na forma de um protocolo passível de reprodução que permitisse, em alguma medida, comensurabilidade entre várias apreciações realizadas em momentos ou por pessoas distintas, em relação a uma dada prática decisória. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

¹⁵ “Como qualquer metodologia, a MAD é uma forma de fazer algo, um caminho a ser seguido para atingir uma finalidade. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

¹⁶ “[...] O que pretendemos apresentar a seguir é essa forma de apreciar as decisões judiciais, [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

¹⁷ “Embora essas duas outras metodologias de pesquisa, o Estudo de Caso e a Análise de Jurisprudência, possuam características comuns à MAD, ela se difere em relação aos procedimentos, aos objetivos e ao instrumento teórico utilizado em um de seus passos.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

¹⁸ “[...] O objetivo do Estudo de Caso é que o pesquisador adquira compreensão mais acurada sobre as circunstâncias que determinaram ocorrência de determinado resultado, apreendendo as

entende que o conhecimento prático é tão importante quanto o teórico.¹⁹ Já na Análise de Jurisprudência se delimita um problema jurídico, em certo lapso temporal decisório e pondera os pontos relevantes e irrelevantes.²⁰

Os autores verificam as principais diferentes acepções da palavra “metodologia”, que pode ser usada como: Processos lógicos e quase-lógicos mentais próprios à teoria do conhecimento, como uma forma controlada de produção de decisões, como procedimentos voltados à produção de trabalhos jurídicos “científicos” e como forma de identificar e constituir o objeto do direito.²¹

No primeiro sentido da palavra metodologia, esta é tida como métodos de conhecimento, os quais são ligados à dedução, indução, analogia e intuição.²² Para muitos estes termos são próprios do mundo jurídico,²³ de tal forma que este não existe sem aqueles, pois são essenciais, especialmente, quando há, por exemplo, uma lacuna na lei.²⁴

complexidades envolvidas na situação. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

¹⁹ “[...]O Estudo de Caso pressupõe que o conhecimento indutivo a partir da prática é tão válido quanto o conhecimento teórico constituído a partir de conceitos gerais.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²⁰ “Chamamos de Análise de Jurisprudência, a metodologia consistente em coletar as decisões de um ou diversos decisores, sobre um determinado problema jurídico, com o objetivo de identificar um momento decisório, realizar um retrato do “estado da arte” sobre o assunto. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²¹ “É possível verificar a ocorrência de “metodologia” pelo menos como: 1. Processos lógicos e quase-lógicos mentais próprios à teoria do conhecimento; 2. Forma controlada, segundo certos procedimentos, de produção de decisões; 3. Procedimentos voltados à produção de trabalhos jurídicos “científicos”; e 4. Forma de identificar e constituir o objeto do direito.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²² “No primeiro sentido, a palavra “metodologia” é utilizada como sinônimo dos métodos de conhecimento, a saber: dedução, indução, analogia e intuição. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²³ “[...] há quem os indique como sendo próprios da “ciência do direito”. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²⁴ “[...] Além disso, inclui o método dedutivo entre eles, já que “o processo analógico está como que a meio caminho entre a indução e a dedução, desempenhando função relevante no Direito, quando a lei é omissa e não se pode deixar de dar ao caso uma solução jurídica adequada”. FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

A palavra metodologia também é empregada como hermenêutica jurídica ou a teoria da decisão,²⁵ onde se utiliza de meios minuciosos para conduzir a pesquisa, como por exemplo, seguindo princípios jurídicos.²⁶

A terceira acepção da palavra metodologia é a de procedimentos formais adequados à realização de um trabalho acadêmico, neste sentido estão as doutrinas que ensinam e instrui os procedimentos para se realizar determinadas pesquisas.²⁷

O sentido mais complexo da palavra “metodologia”, exposto no texto, é o de constituição do objeto com o qual se trabalha, para tal finalidade é necessário seguir os passos, identificando, primeiramente, o problema, depois delimita-se a hipótese mais coerente e por último elabora um argumento.²⁸

O texto trata, também, de uma outra acepção que é a dos protocolos, esta é identificada quando se forma um protocolo com o qual o pesquisador poderá empenhar-se para ter soluções apreciáveis e, se possível, comparáveis.²⁹

O objetivo da utilização da análise de decisões é, basicamente, delimitar um contexto, verificar se aquela decisão analisada cabe nesse contexto previamente

²⁵ “A segunda acepção da palavra “metodologia” diz respeito à hermenêutica jurídica, ou à teoria da decisão. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²⁶ “Além dessa posição exemplarmente representada pela pretensão de Larenz(ano), de uma metodologia que conduza à decisão materialmente adequada, pensada a partir de princípios gerais valorativos informadores de toda a ordem jurídica, [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²⁷ “[...]temos uma terceira acepção da palavra “metodologia”, qual seja, a de procedimentos formais adequados à realização de um trabalho acadêmico. Nessa linha, estão os inúmeros livros instrumentais voltados para a confecção de uma monografia, de um trabalho de conclusão de curso, de uma dissertação de mestrado ou de uma tese de doutorado. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²⁸ “Um último e, a nosso ver, mais complexo sentido em que aparece o termo “metodologia”, na teoria jurídica, é de constituição do objeto com o qual se trabalha, sobre o qual se identificará um problema, constituir-se-á uma hipótese pertinente e, por fim, será construído um argumento. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

²⁹ “A Metodologia de Análise de Decisões está inserida em outro campo de possibilidades metodológicas, pouco explorado no Direito, mas extremamente potente instrumentalmente - o da formulação de um protocolo com o qual o pesquisador poderá trabalhar para chegar a resultados apreciáveis e, se possível, comparáveis. Temos, portanto, uma proposta metodológica que poderia ser qualificada como uma quinta acepção da palavra metodologia, a dos protocolos. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

delimitado e por último produzir uma explicação para os argumentos e fundamentos efetuados na decisão.³⁰

A MAD é realizada em três passos, sendo o primeiro uma pesquisa exploratória onde o pesquisador busca informações para se familiarizar com a área na qual se insere o problema a ser analisado,³¹ essa pesquisa pode se iniciar elegendo uma bibliografia básica, mas que tenha relevância, e a partir dessa pesquisa exploratória o investigador terá mais maturidade para entender as posições e os argumentos acerca do tema em análise.³²

Depois é realizado o recorte objetivo, onde é feito uma seleção conceitual, aqui o pesquisador delimita quais serão os pontos tratados, se examinará o problema analisando princípios, ou teorias, ou conceito jurídico, ou instituto jurídico, entre outros.³³

E por último far-se-á o recorte institucional que é a escolha dos órgãos decisórios³⁴ que serão analisados levando-se em conta a pertinência temática e a relevância decisória.³⁵ A pertinência temática diz respeito ao campo teórico que se adequa aquele problema identificado juntamente com as decisões tomadas para, em

³⁰ “A Análise de Decisões é um método que permite:1) Organizar informações relativas a decisões proferidas em um determinado contexto;2) Verificar a coerência decisória no contexto determinado previamente; e3) Produzir uma explicação do sentido das decisões a partir de interpretação sobre o processo decisório, sobre a forma das decisões e sobre os argumentos produzidos.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

³¹ “No primeiro momento, é necessário que o pesquisador realize uma **pesquisa exploratória** para se familiarizar com o campo de discussões no qual se insere um problema jurídico dado. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

³² “[...] Indica-se que o pesquisador eleja uma bibliografia básica relevante que espelhe idealmente o conjunto dos autores que perfazem uma matriz paradigmática do tema. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

³³ “A partir da identificação de uma questão-problema jurídica relevante aos olhos do pesquisador, ele procederá a uma seleção conceitual do campo discursivo no qual se encontra seu problema.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

³⁴ “O recorte institucional diz respeito à escolha dos órgãos decisores que vão ser pesquisados. A decisão sobre esse aspecto do recorte metodológico deve levar em conta a pertinência funcional do decisor ou do grupo de decisores. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

³⁵ “4.3.1 A **escolha do recorte institucional** deve ser justificada necessariamente pelos critérios de (1) pertinência temática e (2) relevância decisória.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

tese, resolver o problema.³⁶ Já a relevância decisória refere-se à repercussão que aquele tema problematizado tem no campo jurídico.³⁷

Por fim, falam-se dos planos e produtos da MAD, depois de cumpridos os passos aqui elencados e gerado resultados, estes podem ser organizados em três diferentes planos, o primeiro é a análise do problema em diferentes níveis de aprofundamento, o segundo são os tipos de escolhas ao fazer o recorte institucional e por último os diferentes temas abordados.³⁸

Ao tratar dos diferentes níveis de aprofundamento de análise do problema investigado explicam-se os procedimentos, tendo o pesquisador que selecionar as decisões a serem tratadas formando, então, um banco de dados,³⁹ em seguida verifica-se os conceitos, valores, institutos e princípios utilizados nas fundamentações⁴⁰ e por último far-se-á a reflexão crítica sobre as práticas decisórias analisadas.⁴¹ Tais procedimentos devem ser seguidos passo a passo, de forma cada vez mais aprofundada até chegar ao último nível onde será feita as escolhas de desdobramentos teóricos possíveis, e assim a MAD estará finalizada.⁴²

³⁶ “4.3.1.1 A pertinência temática diz respeito à adequação entre o problema identificado e o campo teórico em que se insere e o âmbito decisório de discussão jurídica do problema.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

³⁷ “4. 3.1.2 A relevância decisória diz respeito ao impacto (ou provável impacto) da discussão no campo jurídico. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

³⁸ “Os resultados da aplicação da Metodologia de Análise de Decisões podem ser organizados, para fins analíticos, em três distintos planos ou enfoques:1. Os diferentes níveis de aprofundamento de análise do problema investigado;2. Os tipos de escolhas relativamente ao recorte institucional; e3. As diferentes temáticas abordadas.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

³⁹ “O resultado desse primeiro passo é a constituição de um banco de dados contendo decisões organizadas de forma criteriosa com base na relevância de pertencidas decisões ao conjunto. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

⁴⁰ “5.2 Um segundo momento é o da verificação de como os decisores estão a utilizar os conceitos, valores, institutos e princípios presentes nas narrativas decisórias. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

⁴¹ “5.3 Um terceiro momento é o da reflexão crítica sobre a prática decisória dos decisores, buscando a análise dos conceitos, valores, institutos e princípios no nível desconstrutivo e lógico-formal. [...]” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

⁴² “As possibilidades de análise a partir desse ponto são múltiplas, e após atingir o terceiro nível de sofisticação de tratamento de dados, o pesquisador fará as escolhas de desdobramentos teóricos possíveis. A MAD estará, então, concluída.” FILHO, Roberto Freitas e LIMA, Thalita Moraes. 2010. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Brasília : s.n., 2010.

2. LEI MARIA DA PENHA E SUA (IN)APLICABILIDADE PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO SEXO MASCULINO

A Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 foi nomeada de Lei Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, a qual foi mais uma das tantas vítimas de violência doméstica desde país por parte de seu marido, Marco Antonio Herradia.⁴³ O marido de Maria da Penha tentou matá-la por diversas vezes. Chegou a simular um assalto fazendo uso de uma espingarda, deixando Maria da Penha paraplégica. Após alguns dias, em nova tentativa eletrocutou Maria da Penha por meio de uma descarga elétrica enquanto ela tomava banho.⁴⁴ Ademais, Maria da Penha sofria várias outras agressões e intimidações e não reagia por medo de sofrer ainda mais e para tentar proteger as filhas.⁴⁵

Com o tempo, Maria da Penha resolveu denunciar as agressões que vinha sofrendo, mas nenhuma providência foi tomada, o que levou ela a pensar que se nada foi feito é porque ela merecia ser agredida. Mesmo assim, Maria da Penha não se conformou com a inércia da Justiça, escreveu um livro e uniu-se ao movimento de mulheres, em busca de punição não só pelo seu caso, mas por todos que ocorriam e ocorrem ainda hoje em nosso País. O intuito dela era fazer com que o Estado enxergasse a grandeza do problema dando uma atenção especial por serem casos delicados e que envolvem o desenvolvimento da sociedade como um todo uma vez que atinge de forma drástica o seio familiar.⁴⁶

Com a iniciativa que Maria da Penha teve, aconteceu o esperado, o agressor dela, seu marido Marco Antonio Herradia foi preso após 19 anos e 6 meses. Apesar de ter cumprindo apenas 2 anos de prisão,⁴⁷ tal caso contribuiu de forma significativa para a elaboração do Decreto 5.030/04 que criou um Grupo de Trabalho Interministerial sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as

⁴³ LIMA, Paulo Marco Ferreira. 2013. *Violência contra a Mulher*. São Paulo : Atlas, 2013.

⁴⁴ “Por duas vezes, seu marido tentou matá-la. Na primeira vez, em 29 de maio de 1983, simulou um assalto fazendo uso de uma espingarda. Como resultado ela ficou paraplégica. Após alguns dias, pouco mais de uma semana, em nova tentativa buscou eletrocutá-la por meio de uma descarga elétrica enquanto ela tomava banho”. DIAS, Maria Berenice. 2012. *A Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

⁴⁵ “[...] Maria da Penha sofreu repetidas agressões e intimidações. Nunca reagiu por temer represália ainda maior contra ela e as filhas.” DIAS, Maria Berenice. 2012. *A Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

⁴⁶ DIAS, Maria Berenice. 2012. *A Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

⁴⁷ DIAS, Maria Berenice. 2012. *A Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

Mulheres, esse Grupo elaborou o projeto da Lei Maria da Penha que, em novembro de 2004, foi enviado ao Congresso Nacional.⁴⁸ A partir desse decreto a Lei 11.340/06 foi sancionada pelo Presidente da República, em 7 de agosto de 2006 e entrou em vigor em 22 de setembro de 2006.⁴⁹

Antes da Lei ser sancionada, já havia medidas preventivas para as situações de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei 9.099/95, as quais não coíbiam de forma efetiva a violência contra as mulheres dentro do seio familiar, assim foi necessária a criação de uma lei específica voltada para proteção da mulher, em especial, diante da frequência em que ocorria essa violência e por se tratar de um problema cultural, social e civilizatório.⁵⁰

É notório que a Lei Maria da Penha assegura maior proteção a uma parcela da população mais frágil quando o assunto é violência doméstica e protege, além da mulher vítima de violência, a família e a sociedade, uma vez que tal conduta violenta agride o individual da mulher ofendida conseqüentemente altera o equilíbrio de toda a sociedade e a estabilidade da família como um todo. Portanto a Lei 11.340/06, como ação afirmativa, busca uma solução de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade.⁵¹

A possibilidade de aplicação da Lei 11.340/2006 para vítimas de violência doméstica do sexo masculino é uma indagação divergente, por um lado há os que defendem que a Lei Maria da Penha é discriminatória ao ser direcionada apenas às mulheres, ferindo o princípio da igualdade, com fulcro no artigo 5º, inciso I da Constituição Federal, e há os que entendem que cabe a aplicação da Lei para vítimas do sexo masculino pelo princípio da analogia, em cumprimento do artigo 226, §8º da Constituição, uma vez que não existe uma lei específica para os casos em que o homem é quem preenche o pólo passivo. Por outro lado há os que militam em favor da Lei, pois alegam que a Lei foi criada com o intuito de diminuir o

⁴⁸ DIAS, Maria Berenice. 2012. *A Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

⁴⁹ “Finalmente a Lei 11.340/06 foi sancionada pelo Presidente da República, em 7 de agosto de 2006 e entrou em vigor em 22 de setembro de 2006.” DIAS, Maria Berenice. 2012. *A Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

⁵⁰ “Já não mais bastavam as medidas da Lei nº 9.099/95, a qual parecia não coibir de forma efetiva a violência doméstica e familiar contra mulheres. Foi preciso um documento específico [...] para que a efetiva proteção às mulheres fosse alcançada.” LIMA, Paulo Marco Ferreira. 2013. *Violência contra a Mulher*. São Paulo : Atlas, 2013.

⁵¹ CECÍLIA, Ana e GAMA, Ricardo Rodrigues. 2009. *Lei Maria da Penha: Comentários à Lei nº 11.340/2006*. Campinas : Russel, 2009.

desequilíbrio existente nas relações de gênero, e o fundamento é exatamente o texto legal da Lei Maria da Penha que se direciona somente à mulher, juntamente com a ADC 19 de 2012 que declarou constitucional o art. 1º da mencionada Lei.⁵²

Na Ação de Declaração de Constitucionalidade 19 de 2012 os Ministros ao buscarem jurisprudência acerca desse assunto, constata-se um maior número de casos e interpretações diferenciadas no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o qual começou aplicando a Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino e com o tempo mudou seu entendimento para a inaplicabilidade da Lei neste caso. Ademais o Tribunal de Justiça de Minas Gerais foi eleito não só por ser quantitativamente melhor, mas também pela qualidade de suas decisões, as quais são fundamentadas de forma mais detalhada.

Delimita-se o período de 2008, quando se teve a primeira decisão aplicando a Lei Maria da Penha para vítimas de violência doméstica do sexo masculino no TJMG, á 2015, onde já se encontra consolidado o entendimento do Tribunal. Nota-se que as decisões mais rentes a criação da Lei, traziam consigo certa imaturidade do juiz ao fundamentar as sentenças, pois ainda havia amplas possibilidades de interpretações. Em 2012, com advento da ADC 19, certos argumentos tornaram-se inaceitáveis diante da declaração de constitucionalidade do art. 1º da Lei 11.340/2006, não havendo mais fundamento ao argumento que a Lei fere o princípio da isonomia, ademais, a jurisprudência foi se estabilizando e a Lei Maria da Penha deixou de ser aplicada para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

2.1. Aplicabilidade da Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino

Ao analisar decisões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, encontra-se duas decisões, uma de 2008 e outra de 2009, a favor da aplicação da Lei Maria da Penha para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino.

O desembargador Judimar Biber do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 2008 deu provimento a um recurso que pede afastamento do óbice de inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha para analisar o pedido de aplicação de

⁵² DIAS, Maria Berenice. 2012. *A Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

medidas assecuratórias, previstas na Lei Maria da Penha, para vítima de violência doméstica do sexo masculino.⁵³

Em seu voto, o relator explica que a Lei 11.340/06 é inconstitucional por estar discriminando os homens em igual situação das mulheres, assim, a seu ver, a mencionada Lei fere o princípio da igualdade,⁵⁴ mas tal inconstitucionalidade não impede a análise de medidas assecuratórias previstas na Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino, pois entende que a Lei em questão cria uma discriminação inconstitucional e pensa ser resolvida pelo equilíbrio das situações entre homens e mulheres, isto é, se a Lei discrimina, basta aplicá-la por analogia observando o princípio da igualdade, estendendo, os benefícios advindos da Lei em questão, aos discriminados (homens em situação de violência doméstica) que solicitarem perante o Poder Judiciário.⁵⁵

O desembargador Judimar Biber cita, em seu voto, o artigo 226, §8º da Constituição Federal como fundamento para aplicar o princípio da analogia,⁵⁶ pois se

⁵³ “Diante do exposto, dou provimento ao recurso ministerial, para afastar o óbice de inconstitucionalidade à análise das medidas assecuratórias pretendidas pela vítima, com base na Lei Federal 11.340/06, determinando adevolução dos autos ao Juízo Criminal competente para que exerça sua jurisdição, após a determinação dos estudos e provas que entender convenientes à análise da pretensão postulada.” BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D1021C85D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

⁵⁴ “Neste contexto, não há dúvida de que a Lei Maria da Penha, ou Lei Federal 11.340/06, teria outorgado, de forma legítima, os mecanismos capazes de coibir a violência no âmbito das relações familiares, restringindo, no entanto, tais benefícios às mulheres, incidindo, portanto, em virtual inconstitucionalidade em virtude do princípio da isonomia.” BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D1021C85D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

⁵⁵ “A pretensão invalidade da Lei Federal 11.340/06, que é denominada Lei Maria da Penha, ao meu aviso, não suscita qualquer inconstitucionalidade formal, mas tão somente cria uma discriminação inconstitucional capaz de ser resolvida de forma escorreita pela equiparação das situações entre homens e mulheres.” BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D1021C85D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

⁵⁶ “É que não há dúvida de que o art. 226, § 8º, da Constituição Federal, impõe ao legislador a criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações familiares, de modo a dar sustentação à própria existência da legislação editada.” BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D1021C85>

a Constituição diz que é dever do Estado proteger a família assegurando assistência a esta na pessoa de cada um que a integram, e a Lei 11.340/2006 que trata desta assistência familiar se direciona apenas às mulheres, cabe, então, ao poder judiciário analisar o caso em concreto para aplicar ou não a Lei quando a vítima de violência doméstica for do sexo masculino.⁵⁷

Um ponto muito abordado pelo desembargador Judimar Biber é a inadmissibilidade, ao seu entender, da justificativa da Lei ser direcionada apenas às mulheres por preconceitos religiosos onde a fragilidade feminina é motivo para tal ser tratada de forma diferente dos homens.⁵⁸ Ele critica despachos proferidos pelo culto Juízo de 1º Grau que se fundamenta em condições religiosas, históricas, filosóficas, éticas e morais colocando a mulher em um contexto de sofrimento, inferioridade e subordinação e que para tanto a Lei Maria da Penha é uma forma de equilibrar tal desigualdade, pois para o desembargador Judimar Biber estes argumentos são ultrapassados e fogem do espírito da norma constitucional que firma a condição de igualdade jurídica entre homens e mulheres.⁵⁹

D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

⁵⁷ “A referência do âmbito da aplicação legislativa, no entanto, sugere a existência de uma inconstitucionalidade formal de fácil solução, porque não há dúvida de que a norma constitucional possibilita a criação de mecanismos capazes de coibir violência nas relações familiares, ou domésticas, cuja competência foi acometida ao Poder Legislativo particularmente, de modo possibilitar o seu exercício para cancelar legitimamente o benefício previsto para análise do Poder Judiciário.” BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D1021C85D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

⁵⁸ “Na verdade, pedindo escusas ao Juízo, o despacho exarado é impregnado de preconceitos religiosos absolutamente inconsistentes porque forjados por uma visão cristã do início dos tempos, cujas verdades estão liberalmente ultrapassadas pelas conquistas históricas e justificações filosóficas a respeito da igualdade formal dos direitos entre homens e mulheres, [...]”. BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D1021C85D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

⁵⁹ “Não me parece que o ilustre magistrado tenha efetivamente tentado alcançar o espírito da norma constitucional que firmou a condição de igualdade jurídica entre homens e mulheres, antes pelo contrário, o que vejo do despacho produzido é a literal negação desta mesma igualdade e sustentação de uma posição axiológica sobre a mulher um tanto canhestra, mesmo porque procura sustentação de um domínio masculino na própria condição da mulher quando a norma de contenção procura a igualdade formal de direitos entre ambos.” BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D1021C85D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

Destarte, o desembargador Judimar Biber se fundamenta no princípio da igualdade, artigo 5º, inciso I da Constituição Federal, juntamente com o princípio da analogia para o cumprimento do artigo 226, §8º da Constituição Federal e defende sua posição a favor da aplicação da Lei Maria da Penha para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino afastando a discriminação de seu artigo 1º sem a necessidade de alegar inconstitucionalidade, pois basta afastar a condição pessoal de mulher prevista na Lei em questão e analisar o caso em concreto.⁶⁰

Em 2009, o desembargador Pedro Vergara decidiu que cabe a Lei Maria da Penha para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino portadoras de deficiência física,⁶¹ mas não deixa de ressaltar sua posição quanto à aplicabilidade da Lei aos homens em situação de violência doméstica mesmo não portando nenhuma deficiência.⁶²

O relator se fundamenta apenas no princípio da analogia,⁶³ pois entende que a Lei Maria da Penha está em conformidade com o princípio da isonomia uma vez que trata desigual os desiguais na medida de suas desigualdades,⁶⁴ e sustenta,

⁶⁰ “Ora, se a norma constitucional garante não apenas a igualdade de direitos entre homens e mulheres (art. 5º, I), cria a necessidade de o Estado coibir a violência no âmbito de relações familiares (art. 226, § 8º) e confere competência legislativa à União para legislar sobre direito penal e processual penal (no art. 22, I), não há dúvida de que a Lei Federal 11.340/06 deve ser interpretada afastando-se a discriminação criada e não negando vigência à norma por inconstitucionalidade que é facilmente superada pelo só afastamento da condição pessoal de mulher nela existente.” BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?jsessionid=D1021C85D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

⁶¹ “Ante o exposto, declaro a competência do MM. Juiz de Direito Da 01ª Vara Criminal Da Comarca De Juiz De Fora, para o conhecimento e julgamento do feito, determinando a remessa dos autos ao referido Juízo.” VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?num>

⁶² VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.08.487645-7%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

⁶³ “Vejo ademais que o artigo 226 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu §8º assegura que o Estado prestará assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, sem fazer ressalvas entre homens e mulheres.” VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?num>

⁶⁴ “O maior endurecimento da “Lei Maria da Penha” veio para dar efetividade ao princípio constitucional da isonomia, na medida em que trata de forma desigual os desiguais.” VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?num>

ainda, que apesar da Lei se direcionar expressamente às mulheres como vítima, não faz nenhuma ressalva quanto ao sujeito passivo ser homem⁶⁵ e que tal direcionamento é devido à estrutura física e à fragilidade da mulher em relação ao homem,⁶⁶ assim como por essa ser, na maioria das vezes, a vítima.⁶⁷

Conforme o entendimento adotado pelo desembargador Pedro Vergara, este deu provimento ao recurso, pois ao prever uma causa de aumento de pena quando a vítima for portadora de deficiência física, a Lei 11.340/2006 não mencionou que o sujeito passivo deva ser mulher,⁶⁸ abrindo lacunas para interpretações.

O desembargador Pedro Vergara cita em seu voto uma decisão, de grande repercussão e que está de acordo com seu entendimento, do Juiz Mário Kono de Oliveira do Juizado Especial Criminal Unificado da Comarca de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, que, em 2008, aplicou a mencionada Lei para uma vítima do sexo masculino por analogia, o Magistrado não fala em inconstitucionalidade da Lei, tão pouco em discriminação de gênero, até mesmo porque ele concorda com o intuito da lei de tentar minimizar o preconceito e subordinação que a mulher sofreu e sofre ainda hoje. O ponto chave da decisão do Magistrado é a inexistência de lei similar a ser aplicada quando a vítima de violência doméstica é do sexo masculino, isso porque ocorre em um número menor, assim o Juiz chega à conclusão que não há problemas em aplicar a Lei por analogia.⁶⁹

⁶⁵ “Por causa dessas violências, estabeleceu a Lei 11.340/06 um rito especial para as hipóteses de violência doméstica e familiar, sem qualquer ressalva quanto à vítima ser do sexo masculino.” VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?num>

⁶⁶ “[...] principalmente a mulher em razão de sua estrutura física e fragilidade em relação ao homem.” VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?num>

⁶⁷ “O que se procurou proteger foram os casos que envolvem os delitos de violência doméstica, infelizmente ocasionados em sua maioria contramulheres, [...]” VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?num>

⁶⁸ “E no caso em tela, como se trata de violência cometida entre irmãos, encontrando a vítima com deficiência física, o §9º do artigo 129 do Código Penal acrescentado pela Lei 11.340/06 prevê uma causa de aumento de pena, sem contudo dizer que o sujeito passivo deva ser mulher, [...]” VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?num>

⁶⁹ VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&t>

Ante os argumentos do relator, conclui-se que este entende que a Lei Maria da Penha tem o intuito de coibir a violência doméstica em geral e não apenas a violência doméstica e familiar contra a mulher, e que por tais motivos cabe aplicar, por analogia, a mencionada Lei para homens, quando estes são vítimas de violência doméstica.⁷⁰

Os entendimentos a favor da aplicação da Lei 11.340/2006 para vítimas de violência doméstica do sexo masculino são fundamentados, principalmente, no princípio da igualdade, alegando inconstitucionalidade ou mero afastamento da discriminação, ademais os fundamentos se baseiam, também, no princípio da analogia por não ter Lei similar quando o homem é a vítima em situação de violência doméstica e familiar.

2.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 de 2012

O Presidente da República ajuizou Ação Declaratória de Constitucionalidade, para análise e declaração da constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340/06.⁷¹

Na ADC 19 de 2012 o STF por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação declaratória para declarar a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340/2006.⁷²

otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.08.487645-7%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

⁷⁰ “E, como não se bastasse, a Lei especial que veio a tratar do assunto é aplicada exclusivamente no âmbito doméstico e familiar, não importando qual sexo seja a vítima, [...]” VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?num>

⁷¹ “1. Ao apagar das luzes do Ano Judiciário de 2007 – 19 de dezembro, às 18h52 -, o Presidente da República ajuizou Ação Declaratória de Constitucionalidade, com pedido de liminar, presentes os artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340/06, conhecida por “Lei Maria da Penha”. Eis os preceitos que pretende ver declarados harmônicos com a Carta Federal: [...]” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁷² “Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em julgar procedente a ação declaratória para declarar a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha –, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Cezar Peluso, na conformidade da atado julgamento e das respectivas notas taquigráficas.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

Para o presente trabalho interessa principalmente a declaração de constitucionalidade do artigo 1º da Lei Maria da Penha, o qual se refere apenas às mulheres, abrindo a discussão se este termo utilizado está ou não trazendo um tratamento diferenciado para as mulheres de forma a causar um desequilíbrio e discriminação entre gêneros, ou se esse artigo busca fazer um equilíbrio e trazer igualdade exatamente por tratar os gêneros diferentes.⁷³ Analisando-se, para tal questão, o princípio da igualdade referido no artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal.⁷⁴

No relatório do Ministro Marco Aurélio é exposto que a Lei é propositalmente direcionada a violência doméstica e familiar contra a mulher, não há de se falar em analogia diante do objetivo da Lei ser criada para a mulher, é feita a exclusão do sexo masculino exatamente para se buscar um equilíbrio de gêneros.⁷⁵

O Ministro Marco Aurélio cita em seu relatório vários tratamentos diferenciados entre gêneros buscando o equilíbrio entre estes. Na própria constituição Federal constam direitos direcionados apenas às mulheres, isto porque estas têm necessidades exclusivas de seu gênero, como por exemplo, a licença maternidade.⁷⁶ Por tanto tal tratamento diferenciado entre gêneros constante na Lei Maria da Penha tem o objetivo de alcançar igualdade substancial no âmbito

⁷³ “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁷⁴ “Discorre sobre tópicos versados no Diploma Maior – princípio da igualdade, artigo 5º, inciso I;” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁷⁵ “Sob o ângulo da igualdade, ressalta como princípio constitucional a proteção do Estado à família, afirmando que o escopo da lei foi justamente coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Ter-se-ia tratamento preferencial objetivando corrigir desequilíbrio, não se podendo cogitar de inconstitucionalidade ante a boa procedência do discrimine.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁷⁶ “Alude a pronunciamentos desta Corte relativos a concurso público, prova de esforço físico e distinções necessárias presente o gênero. Faz referência a mais preceitos de envergadura maior, porquanto constantes da Constituição Federal, quanto à proteção à mulher – licença à gestante, tratamento sob o ângulo do mercado de trabalho e prazo menor para aposentadoria por tempo de contribuição.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

doméstico.⁷⁷ Ademais o Brasil tem o dever de eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher diante de seu compromisso Internacional na Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher.⁷⁸

Ao votar, o Ministro Marco Aurélio julga procedente o pedido formulado para declarar a constitucionalidade do artigo 1º da Lei 11.340 de 2006.⁷⁹ Ao tratar deste artigo ele expõe que não há dúvidas quanto à constitucionalidade do mesmo, pois julga ser necessário o legislador usar mecanismos específicos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher em cumprimento ao artigo 226, §8º da Constituição Federal.⁸⁰

Ressalta, o Ministro Marco Aurélio, que não há desproporcionalidade, tão pouco ilegitimidade ao direcionar a Lei apenas às mulheres causando tratamento diferenciado entre gêneros. O Ministro considera, em seu voto, a mulher vulnerável quando se tratam de constrangimentos físicos, morais e psicológicos sofridos no âmbito familiar, por considerar o histórico de discriminação da mulher e também pelo maior número de agressões serem contra a mulher do que contra o homem em situação equivalente. E acrescenta ainda que quando ocorre esta situação contra o

⁷⁷ “No mérito, diz da consonância do artigo 1º da lei impugnada com o Preâmbulo e os artigos 3º, inciso III, 5º, cabeça e inciso I, 7º, incisos XXX, XXXI, XXXII e XXXIV, 14, cabeça, 37, inciso XXI, 150, inciso II, 170, inciso VII, 206, inciso I, e 226, §5º, da Carta Federal. Destaca que os fatos e estatísticas trazidos na inicial sobre a violência justificam a necessidade de intervenção do Estado para a proteção da mulher com vista a promover a igualdade substancial no âmbito doméstico.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁷⁸ “Menciona Flávia Piovesan e Silvia Pimentel, as quais ressaltam o compromisso internacional do Brasil, na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher, de 1979 – ratificada mediante o Decreto nº 4.377/2002 –, de adotar as medidas contidas nos preceitos deferidos.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁷⁹ “Ante o quadro, julgo procedente o pedido formulado para declarar a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340, de 2006.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁸⁰ “Como deixa antever a transcrição, há também de se expungir qualquer dúvida quanto à constitucionalidade do artigo 1º da Lei Maria da Penha, no que este, em caráter introdutório, expõe os objetivos e fundamentos do ato normativo. Ao criar mecanismos específicos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher e estabelecer medidas especiais de proteção, assistência e punição, tomando como base o gênero da vítima, utiliza-se o legislador de meio adequado e necessário visando fomentar o fim traçado pelo artigo 226, §8º da Carta Federal.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

homem não decorre de princípios culturais e sociais e da diferença entre força física dos gêneros.⁸¹

Ademais, o Ministro Marco Aurélio destaca que a Lei Maria da Penha está cumprindo com a obrigação de criar na legislação interna normas penais, civis e administrativas com o intuito de prevenir, punir e erradicar a violência doméstica contra a mulher previsto na Convenção de Belém do Pará e em outros tratados internacionais.⁸²

Ainda no voto do Ministro Marco Aurélio, a Lei Maria da Penha é vista como um avanço extremamente significativo por retirar da invisibilidade e do silêncio a mulher vítima de hostilidade no âmbito familiar, trazendo garantias á esta.⁸³ A Lei Maria da Penha vem como forma compensatória a promover igualdade material entre os gêneros, havendo assim proporcionalidade ao direcionar a Lei apenas para vítimas do sexo feminino.⁸⁴

Para finalizar seu voto, o Ministro Marco Aurélio trás como exemplo os Estatutos do Idoso e da Criança e do Adolescente, que são sujeitos que também

⁸¹ “Para frear a violência doméstica, não se revela desproporcional ou ilegítimo o uso do sexo como critério de diferenciação. A mulher é eminentemente vulnerável quando se trata de constrangimentos físicos, morais e psicológicos sofridos em âmbito privado. Não há dúvida sobre o histórico de discriminação e sujeição por ela enfrentado na esfera afetiva. As agressões sofridas são significativamente maiores do que as que acontecem contra homens em situação similar. Além disso, mesmo quando homens, eventualmente, sofrem violência doméstica, a prática não decorre de fatores culturais e sociais e de usual diferença de força física entre os gêneros.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁸² “Na seara internacional, a Lei Maria da Penha está em harmonia com a obrigação, assumida pelo Estado brasileiro, de incorporar, na legislação interna, as normas penais, civis e administrativas necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, tal como previsto no artigo 7º, item “C”, da Convenção de Belém do Pará e em outros tratados internacionais ratificados pelo país.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁸³ “A Lei Maria da Penha retirou da invisibilidade e d silêncio a vítima de hostilidades ocorridas na privacidade do lar e representou movimento legislativo claro no sentido de assegurar às mulheres agredidas o acesso efetivo à reparação, à proteção e à Justiça.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁸⁴ “A norma mitiga realidade de discriminação social e cultural que, enquanto existente no país, legitima a adoção de legislação compensatória e promover a igualdade material, sem restringir, de maneira desarrazoada, o direito das pessoas pertencentes ao gênero masculino.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

estão em situação de hipossuficiência, assim como as mulheres agredidas no seio familiar, merecendo legislação específica.⁸⁵

A próxima a votar foi a Ministra Rosa Weber que já inicia seu voto destacando o que motivou a criação da Lei Maria da Penha e aponta o Estado brasileiro ter agido com negligência, omissão e tolerância com relação à violência contra a mulher, assim a Lei resultou do reconhecimento de uma dívida histórica do Estado em criar mecanismos eficazes de prevenção, combate e punição da violência entre os gêneros.⁸⁶

A Ministra também ressalta da onde veio o nome Maria da Penha, resumindo a história da professora universitária,⁸⁷ a qual foi um exemplo de falha do Estado ao não observar suas obrigações por ele assumidas na Convenção de Belém do Pará de 1994, por não ter agido de forma eficiente e consequentemente por ter tolerado a violência, assim a discriminação de gênero não ocorre agora por a Lei ser direcionada apenas às mulheres, e sim ocorria quando não se tinha mecanismos para equilibrar as desigualdades entre gêneros.⁸⁸

⁸⁵ “Nessa linha, o mesmo legislador já editou microssistemas próprios, em ocasiões anteriores, a fim de conferir tratamento distinto e proteção especial a outros sujeitos de direito em situação de hipossuficiência, como se depreende da aprovação pelo Congresso Nacional dos Estatutos do Idoso e da Criança e do Adolescente.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁸⁶ “Resultado de denúncia apresentada na Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância com relação à violência contra a mulher, que levou à elaboração – por um grupo interministerial, a partir de anteprojeto cunhado por organizações não-governamentais – do projeto de lei que culminou na aprovação da Lei 11.340/2006, a chamada Lei Maria da Penha, o processo de elaboração, discussão e, finalmente, aprovação e vigência dessa Lei, além de ter contado com a intensa participação de diversos setores do Estado e da sociedade civil, resultou do reconhecimento, no plano do sistema regional de proteção internacional dos direitos humanos, da permanência de uma dívida histórica do Estado brasileiro em relação à adoção de mecanismos eficazes de prevenção, combate e punição da violência de gênero.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁸⁷ “Como é sabido, Maria da Penha é uma professora universitária de classe média que virou símbolo da violência doméstica contra a mulher por ter sido vítima, em duas oportunidades, de tentativa de homicídio por seu marido – também professor universitário, na década de 80 – a primeira com um tiro, que a deixou paraplégica, a segunda por afogamento e eletrocussão – e a punição só veio por interferência de organismos internacionais.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁸⁸ “Nesse sentido, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no caso *Maria da Penha v. Brasil*, considerou o Estado brasileiro **responsável** por ter falhado com o dever de observância das obrigações por ele assumidas – ao tomar parte da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”), de 1994 – de condenar todas as formas de violência. A **ineficiência seletiva** do sistema judicial brasileiro, em relação à violência

A Ministra Rosa Weber entende que a Lei Maria Penha é um avanço das ações afirmativas em favor da mulher brasileira, que funciona não só como proteção à mulher mais também como proteção à família.⁸⁹

A Ministra vê a Lei como marco importante na luta das mulheres que vem alcançando uma dimensão enorme, marcante e reconhecida. Ela cita em seu voto a expressão “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” que, pra ela, funciona como um pacto de silêncio, falácias que as pessoas inventam para disfarçar o problema da violência contra a mulher, pois quando se aceita a violência porque ocorre entre marido e mulher e nesse tipo de relação não se deve intervir, isso torna a violência invisível.⁹⁰

É posto pela Ministra que as leis especializadas, que são direcionadas a um tipo de grupo, são criadas com base em dados estatísticos, assim foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor, Código de Trânsito, Estatuto do Idoso, Lei de Crimes Ambientais e assim, também, a Lei Maria da Penha direcionada apenas às mulheres por estas serem em maior parte agredidas no âmbito familiar.⁹¹ Por tanto quando um grupo social é considerado

doméstica, foi tida como **evidência de tratamento discriminatório** para com a violência de gênero (Cfr. *Maria da Penha v. Brasil*, §§ 55 e 56).” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁸⁹ “Sou das que compartilham do entendimento de que a Lei Maria da Penha inaugurou uma nova fase no inter das ações afirmativas em favor da mulher brasileira, consistindo em verdadeiro microssistema de proteção à família e à mulher, a contemplar, inclusive, norma de direito do trabalho.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁹⁰ “A Lei 11.340/2006, batizada em homenagem a Maria da Penha, traduz a luta das mulheres por reconhecimento, constituindo marco histórico com peso efetivo, mas também com dimensão simbólica, e que não pode ser amesquinhada, ensombrecida, desfigurada, desconsiderada. Sinaliza mudança de compreensão em cultura e sociedade de violência que, de tão comum e aceita, se tornou invisível – “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, pacto de silêncio para o qual a mulher contribui, seja pela vergonha, seja pelo medo.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁹¹ “O objetivo da Lei Maria da Penha é **coibir** e **prevenir** a violência doméstica e familiar contra a mulher. Organicamente, insere-se no contexto, iniciado nos anos 90, de especialização em face dos distintos modos de apresentação da violência na sociedade, com freqüente amparo em dados estatísticos. Assim como, para ficar com apenas alguns exemplos dessa tendência normativa, o Estatuto da Criança e do Adolescente trata de forma especializada da violência contra a criança, o Código de Defesa do Consumidor consiste na especialização do tratamento de uma espécie de violência contra o consumidor e o Código de Trânsito enfrenta a especialidade da violência no trânsito, na mesma linha identificam-se abordagens especializadas de diferentes formas de violência no Estatuto do Idoso, na Lei de Crimes Ambientais e, por fim, na Lei Maria da Penha.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

vulnerável diante das suas condições, sejam elas físicas, culturais, mentais, etc., não só têm como devem ter reconhecimento pelo sistema constitucional o direito à proteção do Estado em busca de equilibrar as diferenças.⁹²

Para atestar seu raciocínio deu exemplos onde a mulher é beneficiada e tem direitos próprios assegurados pela Constituição Federal, como a aposentadoria com menor tempo de contribuição e menos idade em relação ao homem.⁹³

Nessa mesma linha de pensamento, a Ministra ressalta que as ações afirmativas são voltadas à reparar desigualdades em geral, assim o princípio da igualdade deve ser considerado também em sua dimensão material e não apenas na formal, pois para reparar tais desigualdades são necessários mecanismos direcionados a um tipo de grupo, os quais estão em situação de hipossuficiência e necessitam de um tratamento diferenciado.⁹⁴ E acrescenta ainda que o legislador teve uma atuação positiva ao trazer a igualdade material, pois esta só é alcançada quando se confere tratamento desigual aos desiguais na medida de suas desigualdades.⁹⁵

⁹² “Indivíduos identificados como especialmente vulneráveis em função do grupo social a que pertencem têm reconhecido pelo sistema constitucional o direito à proteção do Estado, na forma de mecanismos eficazes de dissuasão, contra violações da sua integridade pessoal (Vejam-se, exemplificativamente, os arts. 129, inciso V – populações indígenas; 227, § 1º, II – portadores de necessidades especiais físicas, sensoriais ou mentais; 230, § 1º - idoso).” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁹³ “Assim, foi por ter presente a constatação da história de desfavorecimento à mulher no mercado de trabalho, que o constituinte, no art. 7º, XX, incumbiu ao legislador de elaborar mecanismos jurídicos de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher. Da mesma forma, a Constituição assegura à mulher, no art. 201, § 7º, I e II, aposentadoria com menor tempo de contribuição e menos idade, em comparação ao homem.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁹⁴ “Considerar o princípio da Igualdade tão somente em sua dimensão formal, sem atentar para a dimensão material, inviabiliza toda e qualquer ação afirmativa, soltada a reparar seja desigualdades de gênero, seja de raça, credo, idade ou condição social. Sem consideração à dimensão material – norteadora da Lei Maria da Penha – do princípio da igualdade, não teríamos os sistemas de proteção dos direitos do consumidor e dos direitos do trabalhador, ambos informados pela hipossuficiência do ocupante de um dos polos da relação jurídica e, por isso mesmo, pela vulnerabilidade. Tampouco teríamos Estatuto do Idoso, legislação de proteção à pessoa portadora de necessidade especiais e Estatuto da Criança e do Adolescente.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁹⁵ “Entendo que uma efetiva igualdade substantiva de proteção jurídica da mulher contra a violência baseada em gênero exige atuação positiva do legislador, superando qualquer concepção meramente formal de igualdade, de modo a eliminar os obstáculos, sejam físicos, econômicos, sociais ou culturais, que impedem a sua concretização. Quando o ponto de partida é uma situação indesejável de desigualdade de fato, o fim desejado da igualdade jurídica (art. 5º, *caput* e I da CF), materialmente, somente é alcançado ao se conferir aos desiguais tratamento desigual na medida da

A Ministra Rose Weber explica em seu voto que diante de uma sociedade machista e patriarcal como a nossa, há um desequilíbrio de poder em ao se tratar de gêneros, assim as ações e instrumentos afirmativos vêm principalmente para neutralizar essa situação de desequilíbrio.⁹⁶

A Ministra traz o significado de discriminação de acordo com a Corte Europeia de Direitos Humanos e faz uma interpretação *contrario sensu* dizendo que se tratar desigual, sem objetivo e justificativa razoável, pessoas em situação similar é discriminar, então tratar igual, sem objetivo e justificativa razoável, pessoas em situações diferentes, também é discriminar. Isto explica o tratamento diferenciado quando a Lei Maria da Penha é voltada apenas às mulheres,⁹⁷ pois não se trata iguais pessoas em situações diferentes, como o homem e a mulher no âmbito familiar, levando em consideração os aspectos físicos, emocionais, culturais, entre outros, assim a Lei é um mecanismo de equilíbrio, uma forma de amparar a parte mais vulnerável.⁹⁸

Acrescenta a Ministra que de acordo com a Constituição Federal, em seu art. 226, §8º, os integrantes da família necessitam de assistências distintas, portanto, a violência doméstica contra a mulher é uma forma específica de violência, e por ser assim, é necessário que tenha mecanismos específicos para lidar com tal situação

sua desigualdade.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁹⁶ “Nessa ordem de ideias, impede ter em mente o amplo reconhecimento do fato de que, uma vez marcadas, em uma sociedade machista e patriarcal como a nossa, as relações de gênero, pelo desequilíbrio de poder, a concretização do princípio isonômico (art. 5º, I, da Lei Maior), nessa esfera – relações de gênero – reclama a adoção de ações e instrumentos afirmativos voltados, exatamente, à neutralização da situação de desequilíbrio.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁹⁷ “A discriminação afirmativa que se projeta da lei Maria da Penha se faz acompanhar de razão que, na exata medida em que se presta a compensar a discriminação de fato cuja existência reconhece, a justifica.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

⁹⁸ “Sobre os desafios hermenêuticos apresentados pela urgência na concretização dos direitos fundamentais demandada na contemporaneidade, têm se debruçado não só as Cortes constitucionais das mais diversas jurisdições nacionais, mas também as Cortes integrantes dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. Pode-se afirmar que a evolução de praticamente todas as democracias constitucionais modernas converge para uma compreensão do princípio da igualdade segundo a qual, na precisa definição da Corte Europeia de Direitos Humanos, [...], deixar de tratar diferentemente, sem um **objetivo e justificativa razoável**, pessoas em situação relevantemente diferente, também é discriminar.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

de violência, e principalmente por saber da existência das desigualdades entre gêneros.⁹⁹ Ademais é reconhecido pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos que existe um nexo entre violência baseada no gênero e discriminação.¹⁰⁰

A Ministra Rosa Weber reconhece que o homem também pode sofrer violência no âmbito familiar, mas a legislação não se direciona a eles, pois tal situação é exceção e não regra de acordo com dados estatísticos, assim, a legislação que lhes protegem é o Código Penal.¹⁰¹

Assim, a Ministra Rosa Weber conclui seu voto, entendendo que o artigo 1º da Lei 11.340/2006 não é apenas compatível com o princípio constitucional como também contribui para sua plena concretização.¹⁰² E julga pela procedência da ação declaratória de constitucionalidade 19 de 2012.¹⁰³

⁹⁹ “A Lei Maria da Penha reconhece o fenômeno da violência doméstica contra a mulher como uma **forma específica de violência** e, diante disso, incorpora ao direito instrumentos que levam em consideração as particularidades que lhe são inerentes. Reconhece, pois, a desigualdade de gênero, e vem assim a proteger a mulher no horizonte definido pelo art. 226, § 8º, da Constituição Republicana. Ao encarregar o Estado de assegurar assistência à família “*na pessoa de cada um que a integram*”, a Constituição revela não ignorar que os diferentes integrantes da família ostentam necessidades assistenciais distintas, a depender da posição que ocupam no âmbito da relação familiar.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰⁰ “Na Resolução 2003/45, a Comissão das Nações Unidas para Direitos Humanos reconheceu expressamente o nexo entre violência baseada no gênero e discriminação, enfatizando que “*todas as formas de violência e discriminação contra mulheres ocorrem no contexto de discriminação de jure e de facto e do status rebaixado legado às mulheres na sociedade, e são exacerbadas pelos obstáculos frequentemente enfrentados pelas mulheres na procura de remédios do Estado*”.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰¹ “Não desconheço que o homem possa ser vítima de violência doméstica. No entanto, a legislação não lhe dá maior ênfase ao prevenir e coibir, por se tratar da exceção, não da regra, como revelam os dados estatísticos estonteantes da violência de gênero. Para esses casos, os arts. 44, II, “g”, e 61, II, “f”, do Código Penal já ofereceriam proteção suficiente.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰² “Ante os fundamentos expostos, entendo que o art. 1º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) não é apenas compatível com o princípio constitucional da igualdade (inciso I do art. 5º) como o densifica, tratando-se de preceitos nele diretamente inspirado e balizado, vocacionado que é à sua plena concretização – ou, nas palavras da Dra. Grace, a quem rendo as minhas homenagens pela bela sustentação oral, a Lei Maria da Penha presta, sim, reverência ao princípio da igualdade.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰³ “Ante o exposto, voto o sentido de julgar procedente a presente ação declaratória para declarar constitucionais os arts. 1º, 33 e 41 da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – à luz dos arts. 5º, I, 22, I, 96, II, “d”, 98, I, e 125, § 1º, da Constituição da República, sem prejuízos da interpretação

O Ministro Luiz Fux expôs em seu voto que a Lei Maria da Penha é um exemplo concreto da igualdade material, pois a Lei veio com o intuito de equilibrar as desigualdades de gênero existentes e citou uma parte da exposição de motivos da Lei, elaborada pela Secretaria da Proteção à Mulher, para atestar seu posicionamento.¹⁰⁴

O Ministro ressalta que quando se afeta a família de forma negativa, consequentemente a sociedade em geral também sofre, pois aquela é o núcleo básico desta, assim, por se tratar de algo amplo e complexo, o Ministro afirma ser o Código Penal insuficiente para enfrentar os problemas de violência doméstica e familiar contra a mulher.¹⁰⁵

Diferente da Ministra Rose Weber, o Ministro Luiz Fux faz uma interpretação diferenciada e negativa do art. 226, § 8º da Constituição Federal, este considera que tal artigo não condiz com a realidade brasileira, pois culturalmente a mulher é ainda tratada como submissa, assim, ao seu ver o artigo deveria trazer expressamente o tratamento diferenciado direcionado à mulher.¹⁰⁶ E acrescenta que a Lei 11.340/2006 vêm exatamente como forma complementar do mencionado artigo, pois

conforme do art. 41 da Lei 11.340/2006, veiculada na ADI 4424.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰⁴ “A Lei Maria da Penha reflete, na realidade brasileira, um panorama moderno de igualdade material, sob a ótica neoconstitucionalista que inspirou a Carta de Outubro de 1988 teórica, ideológica e metodologicamente. A desigualdade que o diploma legal visa a combater foi muito bem demonstrada na exposição de motivos elaborada pela Secretaria de Proteção à Mulher: Ao longo dos últimos anos, a visibilidade da violência doméstica vem ultrapassando o espaço privado e adquirindo dimensões públicas. Pesquisa da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no final da década de 1980, constatou que 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem nos espaços domésticos e são praticadas por pessoas com relações pessoais e afetivas com as vítimas.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰⁵ “Para enfrentar esse problema, que aflige o núcleo básico da nossa sociedade – a família – e se alastra para todo o corpo comunitário por forças dos seus efeitos psicológicos nefastos, é necessária uma política de ações afirmativas que necessariamente perpassa a utilização do Direito Penal.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰⁶ “Uma Constituição que assegura a dignidade humana (art. 1º, III) e que dispõe que o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das suas relações (art. 226, § 8º), não se compadece com a realidade da sociedade brasileira, em que salta aos olhos a alarmante cultura de subjugação da mulher. A impunidade dos agressores acabava por deixar ao desalento os mais básicos direitos das mulheres submetendo-as a todo tipo de sevícias, em clara afronta ao princípio da proteção deficiente (*Untermassverbot*).” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

a Lei cria mecanismos de equivalência entre os sexos para corrigir o problema social da violência contra a mulher.¹⁰⁷

O Ministro Luiz Fux traz um ponto de alta relevância em seu voto, não é porque há um desequilíbrio que os mecanismos devem ser criados em excessos e de forma exagerada ao ponto de equilibrar e depois desequilibrar por benefícios desnecessários, assim o Ministro ressalta que os desiguais devem ser tratados na exata medida de sua desigualdade.¹⁰⁸

É claro e evidente que o Judiciário deve intervir nessa matéria, principalmente por se tratar de um assunto importante e de alta relevância para o devido funcionamento da sociedade. Com essas considerações, o Ministro Luiz Fux ressalta a importância em considerar a vontade do legislador, a decisão que este teve de criar uma Lei direcionada apenas as situações de violência doméstica e familiar quando a mulher se encontra no pólo passivo, portanto ao fazer um juízo de valor e alegar inconstitucionalidade da Lei analisando o princípio da igualdade formal, se descarta os motivos e ponderações, as quais o legislador valorou na hora de elaborar a Lei.¹⁰⁹

Assim, finaliza o Ministro que não é plausível argumentar que o legislador errou ao escolher a política para atender a situação de violência contra a mulher no

¹⁰⁷ “Longe de afrontar o princípio da igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, I, da Constituição), a Lei nº 11.340/06 estabelece mecanismos de equiparação entre os sexos, em legítima discriminação positiva que busca, em última análise, corrigir um grave problema social.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰⁸ “Por óbvio, todo *discrímen* positivo deve se basear em parâmetros razoáveis, que evitem o desvio de propósitos legítimos para opressões inconstitucionais, desbordando do estritamente necessário para a promoção da igualdade de fato. Isso porque somente é possível tratar desigualmente os desiguais na exata medida dessa desigualdade.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁰⁹ “Bem por isso, o afastamento da constitucionalidade da Lei Maria da Penha seria uma atividade essencialmente valorativa, acerca da razoabilidade dos fundamentos que lhe subjazem a da capacidade de seus institutos para colimar os fins a que se destina. É que, no campo do princípio da igualdade, qualquer interpretação da medida escolhida pelo Parlamento pressupõe seja feito um juízo de valor. No entanto, salvo em casos teratológicos, a decisão do legislador deve ser prestigiada. Se não é factível defender que jamais será possível a intervenção do Judiciário nessa matéria, nem por isso se pode postular um excessivo estreitamento das vias democráticas.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

âmbito familiar, e acrescenta que a Lei Maria da Penha é fruto da Convenção de Belém do Pará, assim como de inúmeros outros compromissos internacionais.¹¹⁰

Pelos motivos anteriormente exposto, o Ministro Luiz Fux vota pela total procedência da ADC 19 de 2012.¹¹¹

O Ministro Dias Toffoli apenas fez remissão ao voto que proferiu no HC nº 106.212 e votou com o Relator.¹¹²

A Ministra Cármen Lúcia ao fazer suas considerações trás seus conhecimentos e experiências da carga histórica que a mulher carrega, e aponta esta como um ser que já entrou na história, tendo seu reconhecimento, como diferente.¹¹³ Por tanto entende que se a Lei Maria da Penha foi criada para a mulher, é para a mulher e não para o homem mesmo estando em situações semelhantes pelo simples fato da Lei não ter sido direcionada aos homens, ou aos casais, enfim, foi direcionada apenas as mulheres por um propósito, o qual merece reconhecimento e respeito.¹¹⁴

¹¹⁰ “Por isso, Senhor Presidente, não é possível sustentar, *in casu*, que o legislador escolheu errado ou que não adotou a melhor política para combater a endêmica situação de maus tratos domésticos contra a mulher. Vale lembrar que a Lei Maria da Penha é fruto da Convenção de Belém do Pará, por meio da qual o Brasil se comprometeu a adotar instrumentos para punir e erradicar a violência contra a mulher. Inúmeros outros compromissos internacionais foram assumidos pelo Estado brasileiro nesse sentido, a saber, a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, dentre outros.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹¹¹ “*Ex positis*, voto pela total procedência da ADI nº 4.424 e da ADC nº 19, nos termos pleiteados pelos proponentes.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹¹² “Senhor Presidente, faço remissão ao voto que proferi no HC nº 106.212 e, no mais, registro que acompanho e parablenizo o eminente Relator pelo voto.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹¹³ “Escutei da minha mãe, desde menina, que não me lamentasse de nada, porque eu tinha que, realmente, dar cobro a uma demanda que eu já entro com a diferença. Portanto, não adianta reclamar do excesso de serviço, porque se o homem reclamar, está certo: Ó, é mulher!” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹¹⁴ “Isto, só nós que sofremos o preconceito – porque o preconceito é um sofrimento –, somente nós podemos saber, porque passa pelo olhar, porque hoje não se deixa claro por conta de algo que é “essa coisa horrorosa do politicamente correto” discriminar mulher. Não é que não discriminam. Não manifestam a discriminação. Por isso é que a violência, até física, dentro de um quarto, dentro de uma sala, dentro de casa, aniquilou gerações e gerações de mulheres. E, por isso, é que nesta ação, quando alguém ainda questiona – porque mesmo sobrevivendo a lei chamada Maria da Penha, que é a lei, não dos Penhas, não do casal, mas da Dona Maria, da mulher, diz

Em seu voto, a Ministra, mostra como a violência contra a mulher era tida como algo normal, que fazia parte dos costumes, até mesmo pelas autoridades policiais, as quais eram pra ser responsáveis pela proteção da mulher e não propagação da violência contra a mesma. Esse é um dos diversos exemplos que foram primordiais na elaboração da Lei Maria da Penha direcionada apenas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.¹¹⁵ Como bem ressalta a Ministra, a violência contra a mulher não atinge tão somente esta, mais como também toda a família, principalmente filhos que presenciam tal violência, e o que era para ser cortado pela raiz, acaba criando frutos e aumentando ainda mais essa violência desumana.¹¹⁶

A Ministra Cármen Lúcia também aborda em seu voto a luta internacional pelos direitos da mulher, esse sofrimento histórico, o qual tanto é tratado aqui, não existiu e existe apenas no Brasil, assim como é aqui, foi e é no estrangeiro também, cada local com suas maiores ou menores densidades, mas não deixa de ser um problema global, e pensando nisso é que vieram os tratados internacionais voltados apenas às mulheres. Assim fica claro que a Lei Maria da Penha ser direcionada apenas às mulheres não busca apenas cumprir com os preceitos constitucionais, mas também cumprir com as obrigações pactuadas nos tratados.¹¹⁷

respeito à vida de todas as mulheres -, quando vem a lei nessas condições, significa, para nós, um alerta: singelamente, que a luta continua. Como toda a luta pelos direitos humanos continua.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹¹⁵ “Chegava-se numa delegacia e a mulher era olhada com desconfiança, conquanto fosse a vítima. Por que se criou a delegacia da mulher? Porque, quando dizia, como já escutei, delegado dizendo: “Bateu? Mas a mulher era dele? Então, nada a ser feito.” Por isso, a dificuldade até de uma mulher, como nos casos de crimes sexuais, ter acesso aos órgãos de controle.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹¹⁶ “Por isso a Lei Maria da Penha trata não apenas da mulher, mas também dos filhos que vêem essa violência e reproduzem esses modelos. Esta violência vai para a praça pública, depois vai para o país, e depois geram as guerras. É assim que funciona a sociedade, em que a paz, realmente, não é buscada, porque nem sempre é conveniente para os que com ela nada ganham.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹¹⁷ “E foi exatamente isso que gerou toda a luta internacional pelos direitos, com essa diferenciação, para que se tenha a igualação e a conquista exatamente dessa lei, com essas criações de juizados, com a indicação de que é preciso que haja preferências nesses julgamentos, porque a demora faz com que a sensação, no seio familiar, no seio da comunidade, de que isso vai ficar impune permaneça. Queremos ter companheiros, não queremos ter carrascos; não queremos viver com medo, porque o medo é muito ruim. E o medo aniquila a tal ponto que gera vergonha. Mulheres envergonhadas pelo fato de não conseguirem sair dessas situações.” AURÉLIO, Marco. 2012.

A Ministra bem ressalta a importância das políticas públicas serem criadas especificando o sujeito e as condições deste, pois se as políticas públicas existem exatamente para acabar ou diminuir com um desequilíbrio, não faz sentido ser generalizada, portanto se são criadas por um motivo específico, devem ser voltadas para esse motivo. Desse modo foi criada a Lei Maria da Penha voltada especificamente para as mulheres, sem lacunas para se valer do princípio da analogia e aplicá-la para homens, para estes existe o Código Penal que os amparam quando estão em situações de equivalência.¹¹⁸

De acordo com o conteúdo de seu voto, a Ministra Cármen Lúcia vota pela total procedência da ação.¹¹⁹

Ao dar seu voto o Ministro Ricardo Lewandowski concorda que a Lei Maria da Penha é uma ação afirmativa com o objetivo de tentar eliminar ou diminuir a alarmante desigualdade de gênero levando-se em consideração fatores históricos. E que dessa forma também funciona o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, é claro com outros objetivos, mas com a mesma intenção de equilíbrio social.¹²⁰

Assim como outros, o Ministro Ricardo Lewandowski também fala em seu voto do princípio da igualdade não ser mais analisado apenas em seu aspecto formal, mas também, e principalmente, em seu aspecto material, pois é tratando desigual aos desiguais que se chega ao equilíbrio de igualdade.¹²¹

Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹¹⁸ “Isso tudo – como eu disse – vai contra o que é o constitucionalismo contemporâneo, que, no processo de igualação, funciona para superar a indiferença às diferenças. Não é possível continuar fazendo políticas, e ditas políticas públicas, como se não tivesse de especificar a condição do sujeito. Por isso que, tanto neste como no caso anteriormente julgado por nós e nos *habeas*, essa especificação da condição do sujeito criou uma diferença para que, mesmo aquele homem que sofra a violência – e a doutora Grace fez menção a isso –, não seja tocado aqui, porque o próprio Código Penal já fala no artigo 61 nesta situação. Acontece que o Direito se encaminha para especificar o sujeito e as condições do sujeito.” (Aurélio, 2012)

¹¹⁹ “Ponho-me inteiramente de acordo no sentido da procedência da ação.” (Aurélio, 2012)

¹²⁰ “Concordo com Sua Excelência, com todos os oradores que se sucederam da tribuna e também com o ilustre Procurador-Geral da República, no sentido de entender que esta Lei Maria da Penha, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente e também o Estatuto do Idoso, mais do que simples diplomas normativos de caráter ordinário, que fixam regras de conduta, na verdade, representam verdadeiras ações afirmativas que visam a eliminar ou atenuar gravíssimas distorções históricas.” (Aurélio, 2012)

¹²¹ “Esta lei, como já foi dito aqui, longe de ser anti-isonômica, procura superar aquela visão que se tinha no Estado Liberal, a partir dos Séculos XVIII e XIX, e talvez até no começo do Século XX, de uma igualdade meramente formal, dando concreção, como já foi dito aqui, a uma igualdade material. Aliás, uma visão que vem desde a colação o grande Rui Barbosa, é tratar desigualmente os

E assim o Ministro conclui seu voto julgando procedente a presente ação.¹²²

O Ministro Ayres Britto explica que a Constituição Federal trás um tratamento especial à mulher, exatamente porque a própria Constituição reconhece as diferenças de gênero e os desequilíbrios causados, assim a Lei Maria da Penha concretiza esses preceitos da Constituição e busca obedecer aos comandos constitucionais.¹²³

O Ministro ressalta que na Constituição Federal estão expressos diversos dispositivos voltados à proteção da mulher, então não há argumentos que convençam ser a Lei Maria da Penha inconstitucional por se direcionar apenas às mulheres, assim seria nossa Constituição inconstitucional, o que não ocorre. E mais, o Ministro ver esse tratamento privilegiado e com benefícios diferenciados por ter a mulher sofrido mais, ter passado por maiores dificuldades pra conquistar o que seria equivalente aos homens, seria por tanto um tratamento diferenciado que busca minimizar as dores da mulher em sua continua luta.¹²⁴

Na visão do Ministro Ayres Britto, não importa a interpretação que fazemos da Constituição Federal, por um lado ou por outro, querendo ou não, a Constituição favorece a mulher em certas condições e prevê mecanismos para a plena proteção, não só da mulher, mas da família em geral, sendo um grande exemplo a Lei Maria da Penha, que não só cumpre com esse objetivo, mais também influi no

desiguais na medida de sua desigualdade.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹²² “Com essas brevíssimas considerações, Senhor Presidente, e mais uma vez louvando o belíssimo voto do eminente Relator, eu também julgo a ação procedente.” (Aurélio, 2012)

¹²³ “Nesse âmbito, Senhor Presidente, eu entendo que a Lei Maria da Penha – bem disse o Ministro Relator – se revela um mecanismo de concreção dessa tutela especial conferida pela Constituição ao segmento das mulheres e deve ser interpretada generosamente, como talvez dissesse, se ainda vivo fosse, o magistral publicista Seabra Fagundes, interpretação, generosa, ampliativa, arejada, que fez o Ministro Marco Aurélio para tonificar, robustecer, vitalizar os comandos constitucionais.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹²⁴ “Essa proteção que a lei confere à mulher rima, toante e consoantemente, como dizem os poetas, com a Constituição, porque ela, Constituição, é um repositório de dispositivos que se voltam para a proteção da mulher. E a Constituição, tanto quanto a Lei Maria da Penha, parte de uma realidade, parte dos fatos historicamente comprovados aqui em nosso país: as mulheres experimentam dificuldades bem maiores para – volto a dizer – transitar com o mesmo desembaraço nos espaços institucionais de que a sociedade se constitui, até mesmo no mercado de emprego, na busca de vagas de trabalho e na percepção de vencimentos, por trabalho igual as mulheres costumam receber uma paga menor.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

desenvolvimento do país, uma vez que suas medidas causam reflexos em toda a sociedade.¹²⁵

Antes de concluir seu voto, o Ministro Ayres Britto aponta a Lei Maria da Penha como um avanço no processo civilizatório, até mesmo porque o legislador está cumprindo com o dever pactuado nos tratados internacionais.¹²⁶ E assim finaliza seu voto subscrevendo o voto do Ministro Marco Aurélio.¹²⁷

Em seu voto, o Ministro Gilmar Mendes tratou, primeiramente, do princípio da igualdade, o qual, segundo ele, proíbe a discriminação, isto quer dizer que quando pessoas estão em situações desfavoráveis, de vulnerabilidade, submissão, fragilidade, entre vários outros fatores, o princípio da igualdade busca dar atenção e benefícios para que haja um equilíbrio dessas situações prejudiciais ao bem estar e totalmente contrárias á dignidade da pessoa humana. Portanto não há de se falar em inconstitucionalidade por ferir o princípio da igualdade.¹²⁸

O Ministro ressalta que é claro e evidente que homens e mulheres não são iguais, assim devem ser tratados de forma diferente de acordo com suas diferenças. Portanto o que existe não é uma lei que beneficia somente as mulheres, e sim uma

¹²⁵ “Ou seja, por todos os ângulos que interpretemos a nossa Constituição, haveremos de abonar a Lei Maria da Penha e confirmar a constitucionalidade dos dispositivos, notadamente esses postos, agora, à nossa apreciação.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹²⁶ “E é caminhar também – eu acho que vai dizer isso no seu certamente luminoso voto o Ministro Celso de Mello – no sentido da afirmação do processo civilizatório. Daí por que tantos tratados internacionais. Eu tenho aqui meia dúzia deles; não vou fazer a citação. Esses tratados exigem dos Estados-partes uma legislação confirmadora da proteção específica da mulher contra a violência: violência sexual, violência psicológica, violência física.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹²⁷ “Senhor Presidente, é com orgulho que subscrevo o voto do Ministro Marco Aurélio.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹²⁸ “A rigor, como já foi dito de forma ampla, o próprio princípio da igualdade contém uma clara proibição de discriminação e, muitas vezes, impõe ao legislador um dever de ação para proteger as pessoas eventualmente colocadas numa relação de maior fragilidade ou mesmo de debilidade no quadro social, político ou de variada índole. Daí, portanto – e nós temos uma série de pronunciamentos no sentido de legitimar -, não haver aqui inconstitucionalidade num tratamento que privilegia ou dá atenção – se assim avalia o legislador, como já foi dito também – ao menor, ao adolescente, ao idoso ou mesmo à mulher. Então aqui nós temos comandos muitos claros no texto constitucional neste sentido.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

lei que vem para compensar não só as diferenças entre gêneros, mas também para reparar uma dívida histórica.¹²⁹

O Ministro Gilmar Mendes trás a sugestão de se fazer um levantamento de dados para saber ao certo quais são as conseqüências que a Lei Maria da Penha causa no país, analisando os benefícios que contribuem para o desenvolvimento do país, assim como analisar se há malefícios causados pela Lei. Assim a sociedade tomaria conhecimento do efeito que a Lei causa sendo direcionada apenas às mulheres, e o reflexo que isso tem no bem estar da família brasileira. Faz essa sugestão para tirar essa ideia de que a Lei favorece a mulher e desfavorece o homem, e mostrar que o mecanismo usado, no caso a Lei direcionada às mulheres, é uma excelente forma de fazer um equilíbrio social. O Ministro ressalta também que não se pode falar de exageros por parte do legislador, e que a Lei foi criada de forma equilibrada para tratar de um déficit civilizatório.¹³⁰

Pelo exposto, o Ministro Gilmar Mendes vota com o Relator, julgando procedente a ação.¹³¹

O Ministro Celso de Mello expõe, primeiramente, os fatores históricos vivenciados pelas mulheres, os quais trazem consigo as razões da violência de

¹²⁹ “O texto constitucional, Presidente, é claro, por exemplo, quando fala dos direitos sociais enfatizando a necessidade de uma relação equilibrada, e expressamente revela, além das disciplinas claras e específicas quanto à Licença Gestante, por exemplo, que há necessidade de “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”. Exatamente é essa a ideia de uma definição de uma política compensatória a partir de um juízo prévio baseado na própria realidade, o distanciamento entre homem e mulher no mercado de trabalho.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹³⁰ “É preciso dar essa dimensão ao texto constitucional, isso tem um significado realmente próprio; portanto não há como falar que, nas disposições aqui tratadas, nós temos algum excesso ou algum exagero por parte do legislador. E, muito menos, não há de cogitar-se, sequer, de ferimento ao princípio da isonomia; ao revés, o que se constata é que há um ponto de partida diverso, por fatores os mais variados, que acaba por criar esse déficit civilizatório tão lamentável. Então, é necessária realmente essa ação por parte do legislador. E, mais do que isso, uma norma como esta exige aquilo que é muito comum hoje – na legística americana, na legística européia -, que é, talvez até, a obrigação de se fazer um tipo de inventário, de levantamento para que se avalie o resultado dessa política pública definida nessa lei.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹³¹ “De modo, Presidente, que com essas brevíssimas considerações, ressaltando, portanto, essa dimensão positiva no caso, imposta pelo princípio da igualdade ou da isonomia, e a base positiva, também constante do artigo 5º, inciso XLI, acompanho o eminente Relator, para julgar procedente a ação e declarar a constitucionalidade das normas objeto do pedido formulado pelo Presidente da República.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

gênero que causou um desequilíbrio social, o qual é combatido através de tratados internacionais, leis, entre outros mecanismos.¹³²

Por conseguinte o Ministro fala do preconceito de gênero, o qual motiva a tutela que a mulher recebe diferenciadamente e cita a Convenção de Belém do Pará.¹³³

O Ministro vê as ações afirmativas, como a Lei Maria da Penha, como uma forma de libertação, que iguala os gêneros e não como uma forma de desalinhar as igualdades, pois são mecanismos de defesa devidos á grande quantidade de violência doméstica e familiar contra a mulher, causadas principalmente pelo poder do homem exercido contra a mulher, assim a Lei vem para acabar com a discriminação e tratar a mulher com sua devida dignidade.¹³⁴

Concorda o Ministro Celso de Mello que a Lei 11.340/2006 é para as mulheres, para coibir a violência doméstica e familiar apenas contra as mulheres em

¹³² “O **longo** itinerário histórico **percorrido** pelo processo de reconhecimento, afirmação e consolidação dos direitos da mulher, **seja** em nosso País, **seja** no âmbito da comunidade internacional, **revela** trajetória **impregnada** de notáveis avanços, **suja significação** teve o elevado propósito **de repudiar** práticas sociais que injustificadamente subjugavam a mulher, **suprimindo-lhe** direitos **e impedindo-lhe** o pleno exercício dos **múltiplos** papéis que a moderna sociedade, hoje, lhe atribui, por **legítimo** direito de conquista.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹³³ “**Essa função de tutela** dos direitos da mulher, **muitas vezes** transgredidos por razões de inadmissível preconceito de gênero, **é desempenhada**, *no contexto do sistema interamericano*, **pela Convenção Interamericana** celebrada, em Belém do Pará (1996), **com o objetivo** de prevenir, punir e erradicar toda forma de desrespeito à Mulher, **notadamente na hipótese de violência física, sexual e psicológica** “*ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa (...)*” (**Artigo 2, “B” – grifei**)” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹³⁴ “**Veja-se, pois, considerados** todos os aspectos que venho de ressaltar, **que o processo de afirmação** da condição feminina **há de ter, no Direito, não** um instrumento de opressão, **mas** uma fórmula de libertação **destinada a banir, definitivamente**, da práxis social, **a deformante** matriz ideológica **que atribuía, à dominação patriarcal**, um odioso estatuto de hegemonia **capaz de condicionar** comportamentos, **de moldar** pensamentos **e de forjar** uma visão de mundo absolutamente **incompatível** com os valores **desta** República, **fundada** em bases democráticas e cuja estrutura se acha modelada, **dentre outros signos que a inspiram**, pela igualdade de gênero **e** pela consagração dessa **verdade evidente** (a ser constantemente acentuada), **expressão** de um autêntico espírito iluminista, **que repele** a discriminação **e que proclama** que homens e mulheres, **enquanto** seres integrais e concretos, são pessoas **igualmente dotadas** de razão, de consciência e de dignidade.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

cumprimento dos compromissos assumidos na esfera internacional, além dos aspectos históricos.¹³⁵

O Ministro aponta também o principal motivo de existir não os mecanismos contra a violência em geral, mas a Lei 11.340/2006 especificamente, pois devido ao ocorrido com a Senhora Maria da Penha Maia Fernandes foi constatado a discriminação de gênero por parte do Estado brasileiro diante da impunidade do agressor deste caso, o qual teve grande repercussão, principalmente para abrir os olhos das autoridades em relação ao restante das ocorrências equivalentes, em que mulheres sofrem violência no seio familiar, se mantêm inerte para proteger os filhos e por achar que a Justiça não vai resolver. Em atenção a esses fatos é que a Lei foi criada, devido a uma necessidade social.¹³⁶

O Ministro entende que é exatamente em cumprimento ao princípio de igualdade entre os gêneros que se criou a Lei Maria da Penha, a qual foi uma forma do Estado brasileiro se posicionar diante desses casos de desequilíbrio não apenas entre gêneros, mas que afeta a família no geral e consequentemente a sociedade como um todo.¹³⁷

¹³⁵ “O Brasil, **fiel** aos compromissos **assumidos** na ordem internacional **e reconhecendo** que **toda** mulher **tem direito** a uma vida **livre** de violência, de pressões, de opressão **e de** constrangimentos, **tanto** na esfera pública quanto no âmbito privado, **veio a editar** a Lei 11.340/2006, **a denominada “Lei Maria da Penha”, que criou** mecanismos destinados a coibir a violência doméstica e familiar **contra** a mulher.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹³⁶ “**Na realidade, a edição** desse importante diploma legislativo **deve ser compreendida** no contexto da incisiva manifestação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, **que destacou**, no exame concreto do crime cometido contra a Senhora Maria da Penha Maia Fernandes, que esse caso deveria ser analisado **na perspectiva da discriminação de gênero** por parte de órgãos do Estado brasileiro **e** em razão da impunidade dos agressores nessa área **tão sensível quão delicada** dos direitos básicos da pessoa humana.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹³⁷ “**Entendo, por isso mesmo**, Senhor Presidente, **que o advento** da Lei Maria da Penha **significou** uma expressiva tomada de posição por parte do Estado brasileiro, **fortemente estimulado**, no plano ético, jurídico e social, **pelo valor primordial** que se forjou no espírito e na consciência de todos em torno **do princípio básico** que proclama a essencial igualdade entre os gêneros, numa evidente e necessária **reação** do ordenamento positivo nacional **contra** situações concretas **de** opressão, **de** degradação, **de** discriminação **e de** exclusão que têm provocado, *historicamente*, a **injusta** marginalização da mulher.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

O Ministro também aborda o artigo 226, § 8º da Constituição Federal, e ver seu cumprimento na Lei 11.340/2006.¹³⁸

Para finalizar, o Ministro ressalta que essa Ação Declaratória de Constitucionalidade é mais um avanço nas medidas tomadas para acabar com a discriminação e trazer igualdade entre os gêneros.¹³⁹ Assim vota pela procedência da ação.¹⁴⁰

O Ministro e Presidente Cezar Peluso foi bem sucinto e apenas ressaltou que entende ser, a Lei Maria da Penha, uma estratégia normativa, a qual aplica, sem dúvidas, o princípio da igualdade levando em consideração razões históricas, culturais, entre outras, além de ver a mulher, em situação de violência doméstica e familiar, como um ser vulnerável, o qual exige intervenção do ordenamento jurídico em seu favor.¹⁴¹

Assim, o Presidente, julga a ação inteiramente procedente.¹⁴²

¹³⁸ “A Lei Maria da Penha, que *“cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”*, **longe de transgredir** a Constituição da República, **qualifica-se, segundo entendendo, como legítimo** instrumento de efetivação e de realização concretizadora **dos grandes princípios** nela consagrados, **em especial** a determinação do que se contém no art. 226, §8º, de nossa Lei Fundamental, **cujo texto impõe, ao Estado, o dever** de coibir a violência no âmbito das relações familiares.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹³⁹ “Esta decisão **representa** marco importante na concretização de um dos tópicos **mais** relevantes e sensíveis da agenda dos Direitos Humanos em nosso País, **pois se revestem** de imenso significado **as consequências positivas** que resultarão **deste** julgamento, **fortalecendo e conferindo maior eficácia** aos direitos básicos da mulher, **em especial da mulher vítima de violência, e tornando efetiva** a reação do Estado na prevenção e repressão **aos atos criminosos** de violência doméstica e familiar contra a mulher.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁴⁰ “Por tais razões, **acompanho, integralmente**, o duto voto **proferido** pelo eminente Relator.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁴¹ “Eu acompanho o voto de Vossa Excelência e, apenas para não dizer que não acrescentei nada, suponho que, na assentada do HC nº 102.212, já tentei demonstrar, com base em razões históricas e culturais, etc, que a Lei chamada Maria da Penha, na verdade, representou a estratégia normativa para, antes que ofender, aplicar o princípio da igualdade, sobretudo numa situação em que a vulnerabilidade da mulher é manifesta, e, por isso mesmo, pediria, como pediu, a intervenção do ordenamento jurídico a seu favor.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁴² “Eu também julgo inteiramente procedente a ação.” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

Na decisão da Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação declaratória para declarar a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).¹⁴³

2.3. Inaplicabilidade da Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino

O entendimento atual do Tribunal de Justiça de Minas Gerais é a inaplicabilidade da Lei Maria da Penha para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino, tal entendimento se estabilizou principalmente depois da ADC 19 de 2012.

Ao delimitar as decisões a serem analisadas, foi selecionada uma de 2011, que mesmo antes da ADC 19 de 2012 já se decidia pela inaplicabilidade da Lei Maria da Penha para homens afastando o argumento de inconstitucionalidade, e outras de 2013, 2014 e 2015, quando se consolidou o entendimento do Tribunal.

Na decisão de 2011, o desembargador Herbert Carneiro é bem sucinto e fundamenta sua decisão no texto legal, em doutrina e jurisprudência. O desembargador entende que a Lei Maria da Penha é para erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, e tão somente contra esta de acordo com o artigo 1º da referida Lei.¹⁴⁴ Explica também que quanto ao sujeito ativo a Lei Maria da Penha não faz exigências,¹⁴⁵ diferentemente do sujeito passivo, o qual a Lei

¹⁴³ “Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação declaratória para declarar a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).” AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

¹⁴⁴ “A Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, foi introduzida no ordenamento jurídico com o intuito de criar medidas protetivas em favor da mulher, visando a erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, conformedisposto no art. 1º do referido diploma legal, [...]” CARNEIRO, Herbert. 2011. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 12 de Janeiro de 2011. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.10.061066-6%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁴⁵ “Com efeito, para a configuração da violência doméstica, admite-se que o sujeito ativo seja tanto homem quanto mulher, bastando a existência derelação familiar ou de afetividade, não importando o gênero do agressor, jáque a norma visa tão-somente à repressão e prevenção da violênciadoméstica contra a mulher.” CARNEIRO, Herbert. 2011. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 12 de Janeiro de 2011. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.10.061066-6%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

especifica o gênero, e exige que seja mulher.¹⁴⁶ Ao se fundamentar, Herbert Carneiro, menciona a doutrinadora Maria Berenice Dias¹⁴⁷ e um julgado do STJ¹⁴⁸.

Em outra decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 2013, a desembargadora Márcia Milanez pontua em seu voto, além de doutrinas e jurisprudência, a Lei 11.340/2006 como “ação afirmativa” que consiste em uma base normativa para políticas públicas que visam minimizar um desequilíbrio histórico entre gêneros.¹⁴⁹ Seu argumento consiste no contexto da história da mulher, sendo esta taxada como a principal vítima de violência doméstica e familiar, portanto, há necessidade da Lei em questão trazer diversos benefícios direcionados apenas às mulheres.¹⁵⁰

otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.10.061066-6%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁴⁶ “Quanto ao sujeito passivo compreendido pela lei, especifica-se o gênero, exigindo-se que seja mulher.” CARNEIRO, Herbert. 2011. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 12 de Janeiro de 2011. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.10.061066-6%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁴⁷ “[...] (A Lei Maria da Penha na Justiça: A Efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, RT: São Paulo, 2ª tiragem, 2008, p. 41)” CARNEIRO, Herbert. 2011. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 12 de Janeiro de 2011. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.10.061066-6%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁴⁸ “[...] (STJ - Conflito de Competência nº 96533/MG (2008/0127028-7), Relator Og Fernandes, DJe 05.02.2009)” CARNEIRO, Herbert. 2011. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 12 de Janeiro de 2011. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.10.061066-6%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁴⁹ “O legislador ordinário, ao confeccionar a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, nada mais fez que trazer ao ordenamento jurídico mais uma medida classificada como “ação afirmativa”, na terminologia adotada por nossas Cortes Superiores, que implica a criação de uma base normativa para uma política pública que visa a correção de um desequilíbrio histórico entre determinados setores sociais, como também ocorre, por exemplo, nas medidas congêneres de separação de cotas para pessoas negras em faculdades ou de vagas especialmente destinadas a portadores de deficiência física.” MILANEZ, Márcia. 2013. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 28 de Fevereiro de 2013. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0324.11.006806-5%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁵⁰ “Neste sentido, a Lei nº 11.340/06 parte de uma premissa de cunho empírico e histórico, de constatação até mesmo estatística, qual seja, a de que, no tema da violência doméstica, as mulheres são, em franca maioria, as vítimas. E, partindo deste pressuposto, disponibiliza a elas uma série de medidas assistenciais, preventivas e protetivas, enquanto trata com maior severidade o agressor.” MILANEZ, Márcia. 2013. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 28 de Fevereiro de 2013. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0324.11.006806-5%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

Ainda na decisão de 2013, a desembargadora defende o argumento de que a Lei Maria da Penha está em consonância com o princípio da igualdade, pois a Lei busca o equilíbrio de igualdade ao tratar os desiguais de forma desigual.¹⁵¹ Ademais, entende que a Lei é taxativa, e que não se aplica a casos diferentes do que estar expresso no texto legal,¹⁵² e ressalta que não cabe o princípio da analogia por existir outro meio legal que ampara os homens, quando estes estão em situação de vítima de violência doméstica e familiar.¹⁵³

Em 2014, o desembargador Júlio Cezar Gutierrez do Tribunal de Justiça de Minas Gerais recebeu um recurso em sentido estrito como agravo de instrumento e negou provimento quanto ao mérito¹⁵⁴. No presente caso, homens ocupavam tanto o pólo ativo como o passivo¹⁵⁵. Em sua decisão, o desembargador entende que os

otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0324.11.006806-5%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁵¹ “Portanto, a “Lei Maria da Penha” privilegia a acepção aristotélica do princípio da isonomia, no sentido de que situações pragmaticamentedesiguais devem ser tratadas de forma desigual, justamente como forma dese buscar o equilíbrio visado pela norma constitucional consagradora daigualdade entre homens e mulheres.” MILANEZ, Márcia. 2013. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 28 de Fevereiro de 2013. [Citado em: 04 de abril de 2016.]

<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0324.11.006806-5%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁵² “Destarte, é imperioso frisar que a Lei em comento é taxativa em salvaguardar a integridade física e psíquica tão somente da mulher, não seaplicando ao caso sub judice.” MILANEZ, Márcia. 2013. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 28 de Fevereiro de 2013. [Citado em: 04 de abril de 2016.]

<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0324.11.006806-5%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁵³ “Ademais, a combativa defesa bate-se pela aplicação analógica da Lei 11.340/06 para adoção de medidas protetivas em favor do apelante, semconsiderar os outros meios existentes de o apelado buscar amparo jurídicoem seu favor diante da situação esposada, podendo, por exemplo, comobem ressaltou a ilustre Procuradoria de Justiça, representar contra seussobrinhos por possível prática de ameaça. Assim, descabe a aplicação daanalogia ao caso, não estando o argumento a merecer maioresconsiderações.” MILANEZ, Márcia. 2013. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 28 de Fevereiro de 2013. [Citado em: 04 de abril de 2016.]

<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0324.11.006806-5%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁵⁴ “Por estas razões, recebo o presente recurso como Agravo de Instrumento e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a r.sentença hostilizada.” GUTTIERREZ, Júlio Cezar. **2014**. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.]

http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁵⁵ “FLÁVIO DE SOUZA COSTA apresentou, através de seu procurador, representação em face de ABELARDO SÉRGIO DA COSTA eAQUILIS JONATAS DOS REIS COSTA, [...]”GUTTIERREZ, Júlio Cezar. **2014**. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online]

aspectos biológicos não são primordiais para dizer se incide ou não a Lei Maria da Penha quando a vítima for homem, para ele o fator determinante é a vulnerabilidade da mulher frente ao homem, assim defende a inaplicabilidade da Lei em questão para este caso em concreto.¹⁵⁶

Uma excelente fundamentação utilizada pelo desembargador Júlio Cezar Guttierrez foi os tratados internacionais que deram base à criação da Lei Maria da Penha, segundo o desembargador a Lei veio como uma forma de equilibrar desigualdades de gênero históricas e culturais, onde o homem era tido como poderoso e a mulher sua subordinada.¹⁵⁷ Assim ele cita os seguintes tratados internacionais: “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher” e a “Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará), ambas as convenções voltadas às mulheres com o objetivo de acabar com a discriminação contra a mulher uma vez que a violência contra esta constitui ofensa contra a dignidade humana.¹⁵⁸

21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁵⁶ “Ao interpretar as relações entre os sexos como um constructo social, o conceito de gênero alerta para o fato de que o problema da subordinação feminina não pode ser associado simplesmente a aspectos biológicos ou prerrogativas da natureza, mas sim a uma série de valores culturais que colocam a mulher em uma situação de vulnerabilidade frente ao homem.” GUTTIERREZ, Júlio Cezar. **2014**. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁵⁷ “A formulação de uma legislação específica sobre a matéria tem como pressuposto primordial a existência dessas desigualdades histórica e culturalmente marcantes nas relações de poder entre homens e mulheres, e é exatamente por isso, afirma-se, que a teleologia da Lei Maria da Penha volta-se para a concretização da igualdade material entre eles.” GUTTIERREZ, Júlio Cezar. **2014**. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁵⁸ “Impende recordar que a elaboração da Lei Maria da Penha se baseia em dois tratados internacionais sobre o tema, quais seja, a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher” e a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (“Convenção de Belém do Pará”). Na exposição de motivos de ambos os tratados resta expressamente consignado a necessidade de proteção da mulher em face de relações desiguais de poder entre os sexos: PREOCUPADOS por que a violência contra a mulher constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens; (“Convenção de Belém do Pará”) [...]” GUTTIERREZ, Júlio Cezar. **2014**. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.]

Assim constata o desembargador Júlio Cezar Gutierrez que a vítima tem que ser necessariamente mulher e a violência deve decorrer de práticas discriminatórias e de denominação entre envolvidos,¹⁵⁹ e nessa mesma linha de entendimento cita o doutrinador Guilherme de Souza Nucci.¹⁶⁰ Decidindo, dessa forma, que no caso dos autos a Lei Maria da Penha não se aplica para vítimas do sexo masculino por dois motivos, primeiro por ser a vítima homem quando a Lei exige que essa seja mulher, e segundo porque não há discriminação baseada em gênero.¹⁶¹

O desembargador Marcílio Eustáquio Santos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 2015, julgou desprovido um recurso que trata da aplicação da Lei Maria da Penha para vítimas do sexo masculino, onde o apelante argumenta a aplicabilidade das medidas protetivas previstas na Lei 11.340/2006 em seu favor mesmo sendo vítima do sexo masculino sob pena de infringência aos princípios da igualdade, razoabilidade e dignidade da pessoa humana.¹⁶² O desembargador

http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁵⁹ “Ora, ao nomear a violência como uma ação/omissão baseada no gênero, o legislador restringe a abrangência da Lei Maria da Penha às hipóteses em que a violência expressa relações de dominação do agente esubordinação da vítima-mulher. Assim, o só fato da vítima ser mulher não atorna passível da proteção especial, devendo-se verificar, caso a caso, se a violência resulta de práticas discriminatórias e de dominação entre envolvidos.” GUTTIERREZ, Júlio Cezar. **2014**. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.]

http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁶⁰ “[...] (NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. São Paulo: RT. 2010, p. 1263).” GUTTIERREZ, Júlio Cezar. **2014**. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁶¹ “No caso dos autos, as supostas ameaças não revelam nenhuma discriminação baseada no sexo, vale dizer, a violência, conquanto condenável, não tem motivação ligada às relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, já que, trata-se a vítima de agente do sexo masculino.” GUTTIERREZ, Júlio Cezar. **2014**. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁶² “Busca o apelante, em suas razões recursais de fls. 67/72, sejam deferidas em seu favor medidas protetivas de urgência, nos termos da Lei Maria da Penha, argumentando, para tanto, que tais medidas devem ser aplicadas, também, em benefício de requerentes do sexo masculino, sob pena de infringência aos princípios da isonomia, razoabilidade e dignidade da pessoa humana. [...]” SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&t>

fundamenta-se na exposição de motivos do projeto de Lei convertido posteriormente na Lei Maria da Penha que veio com o intuito de tornar mais severa as penalidades dos casos de violência dentro do seio familiar, tendo apenas como exigência que o pólo passivo seja composto por vítimas do sexo feminino¹⁶³ se justificando com o argumento de que há uma hierarquia de poder na sociedade que não privilegia as mulheres.¹⁶⁴ O desembargador Marcílio Eustáquio Santos fundamenta-se, também, no próprio texto legal ao dizer que o artigo 5º da mencionada Lei, ao explicar o que vem a ser violência doméstica e familiar, se direciona apenas às mulheres como vítimas,¹⁶⁵ ressaltando as palavras do doutrinador Sérgio Ricardo de Souza que entende que a Lei Maria da Penha é bem expressa quanto aos aspectos objetivos, delimitando o âmbito doméstico, familiar ou intrafamiliar e quanto ao aspecto subjetivo direcionando-se somente à mulher como vítima¹⁶⁶ assim, o desembargador concluiu que não se aplica a Lei Maria da Penha para vítimas de violência doméstica

otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

¹⁶³ “Sabe-se que a Lei 11.340/06 (Maria da Penha) foi promulgada com o claro intuito de tornar mais rigorosa, em tese, a punição dos casos de violência doméstica e familiar, visando proteger não apenas a incolumidade física e a saúde da mulher, como também tutelar a tranquilidade e a harmonia dentro do âmbito familiar, propiciando uma vida mais fraterna entre seus membros e afins. Deve-se destacar que a referida lei não possui uma finalidade específica punitiva, mas sim um caráter protecionista, assistencialista à mulher, visando coibir a violência doméstica contra estas.” SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁶⁴ “[...] (PL 4.559/04, item n. 6, Secretaria Especial Políticas para as Mulheres da Presidência da República).” SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁶⁵ “Não bastasse, a própria Lei Maria da Penha, em seu artigo 5º, reforçou o entendimento de que seu alcance se restringe à vítimas do sexo feminino, ao definir o que vem a ser violência doméstica e familiar contra a mulher. [...]” SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁶⁶ “[...] (Comentários à lei de combate à violência contra a mulher. 3ª edição, Curitiba, 2009, págs:26 e 30).” SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&otalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

e familiar do sexo masculino, os quais são amparados pelo Código Penal e Código de Processo Penal.¹⁶⁷

Por fim, o desembargador faz menção à ADC 19 de 2012 ao tratar da constitucionalidade da Lei em questão, não cabendo mais o argumento de que a Lei fere o princípio da igualdade.¹⁶⁸

Desde então as decisões acerca do assunto vêm sendo no mesmo sentido no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim o entendimento se consolidou na inaplicabilidade da Lei Maria da Penha para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino.

2.4. Análise Conclusiva dos Julgados a partir da MAD

A Lei Maria da Penha foi aplicada para vítimas de violência doméstica e familiar do sexo masculino com fundamentos plausíveis à época que foram postos, apesar de serem argumentos vagos e com fundamentos insuficientes. Com a Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 de 2012, que declarou constitucional a Lei ser direcionada exclusivamente às mulheres, as alegações utilizados para aplicação da Lei nessa situação deixaram de ter fundamentos aceitáveis, uma vez que contraria a sentença da ADC.

Há embasamento para os argumentos de ambos os lados divergentes, tendo, cada um, seu grau de relevância ao período em que foram postos. É importante

¹⁶⁷ “Sendo assim, resta claro que a Lei Maria da Penha, em todas as suas disposições, não podem ser aplicadas para beneficiar sujeitos passivos do sexo masculino, os quais, para tutelar seus direitos, devem recorrer aos preceitos do Código Penal e Código de Processo Penal.” SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

¹⁶⁸ “No que tange à constitucionalidade da referida Lei, não obstante aos entendimentos contrários, registro que tal questão já foi exaustivamente discutida pelos diversos tribunais superiores, vindo a ser decidida pelo excelso Supremo Tribunal Federal que, no julgamento da ADC 19/DF, de relatoria do ex. Ministro Marco Aurélio Melo, reafirmou, à unanimidade, a constitucionalidade da Lei 11.340/06, sobretudo no que diz respeito à não infringência ao princípio da isonomia ao criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. [...]” SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

salientar que as interpretações foram se consolidando, assim, por mais que a Lei 11.340/06 tenha sido aplicada para vítimas do sexo masculino fundamentadamente em 2008 e 2009 pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, essa não é mais uma aplicação cabível.

Quando se fala na possibilidade de aplicar a Lei Maria da Penha para homens em situação de violência doméstica mediante uma análise minuciosa do caso em concreto, não estamos apenas fazendo uma interpretação individual para atender as necessidades daquele caso, estamos desafiando o texto legal. A Lei não deixa lacunas, tão pouco duplo sentido, a Lei é bem cognoscível ao dizer que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher,¹⁶⁹ desta forma a Lei tem o intuito de erradicar a violência contra a mulher, e não de acabar com a violência doméstica, se tal fosse caberia o princípio da analogia, pois não importaria o gênero e sim a situação de violência no seio familiar, mas o ponto de partida da Lei é a violência doméstica contra a mulher, não porque ocorre somente contra esta, mas porque foi criada com o objetivo de minimizar os desequilíbrios existentes nas relações de gênero, ademais há outros meios legais que amparam os homens em situação equivalente.

Depois da Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 de 2012 é inviável discutir se o art. 1º da Lei 11.340/2006 ofende ou não o princípio da igualdade, uma vez que esse artigo foi declarado constitucional. Para doutrina é válida a discussão, mas não como fundamento para decisões judiciais, já que a Lei Maria da Penha, segundo o STF através da ADC 19 de 2016, está por completa conforme os princípios constitucionais.

Portanto, se a Lei 11.340/06 se direciona expressamente à vítima em situação de violência doméstica do sexo feminino sendo este o objetivo principal, e posto que o Código Penal Brasileiro ampara as vítimas do sexo masculino em situação

¹⁶⁹ “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.” SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

semelhante, não cabe analogia, tão pouco alegação de inconstitucionalidade por desprezar o princípio da igualdade uma vez que a mencionada Lei é uma forma de assegurar a igualdade ao tratar igual os iguais e desigual os desiguais na medida de suas desigualdades. Acrescenta-se ainda que há uma adequação lógica entre o elemento discriminador e a finalidade pela qual a discriminação ocorre, isto é, existe uma desigualdade de gênero onde a mulher na maioria dos casos é violentada no próprio seio familiar, para equilibrar essa desigualdade é necessário tratar as mulheres de forma diferenciada porque estas se encontram em situação de inferioridade, portanto se ocorre essa adequação lógica entre o elemento discriminador e a sua finalidade, a discriminação não fere o princípio da igualdade, pelo contrário, ela busca efetivar o mesmo.

Ademais a Lei Maria da Penha traz toda uma carga histórica a qual deu início a sua elaboração, com motivos que devem ser levados em conta em sua aplicação para que não seja desviada do objetivo pelo qual foi criada.

Por tais motivos a Lei 11.340/06 é atualmente aplicada da forma correta, analisando casos concretos em que a vítima de violência doméstica e familiar é do sexo feminino e tão somente, descartando toda e qualquer possibilidade de ser aplicada para homens, o que foge totalmente do intuito da Lei.

CONCLUSÃO

Os artigos, expostos no primeiro capítulo, incentivam e ajudam de forma significativa ao decorrer da pesquisa, sem estes o tema é facilmente desviado, expandido e desfocado, o que prejudica não só o leitor ao compreender como também o pesquisador ao desenvolver a pesquisa.

O tema foi delimitado de forma a focar apenas nos argumentos que aplicam ou não a Lei Maria da Penha quando a vítima de violência doméstica e familiar é do sexo masculino e os argumentos constitucionais que amparam o entendimento atual, determinando um marco temporal assim como selecionando um Tribunal para analisar as decisões.

A Lei Maria da Penha não existe apenas por um problema histórico, é válido dizer que a mulher sofreu e sofre ainda hoje por discriminação de gênero, e que vivenciou uma história de muita luta e preconceito e hoje é tida como vitoriosa e conquistadora de um imenso espaço cultural, social, político, etc., mais a Lei Maria da Penha foi criada, também, para corrigir um desequilíbrio existente entre os gêneros quando o assunto é violência doméstica e familiar.

A violência contra a mulher é um problema tão sério que é tratado em nível internacional, assim vieram os tratados internacionais, os quais o Brasil é parte integrante, tendo o dever de criar mecanismos para erradicar a violência contra a mulher.

Na Constituição Federal há diversos artigos que trazem tratamento diferenciado para as mulheres, isso porque estas têm necessidades decorrentes de seu gênero. A proteção que dá mais atenção à mulher advém de uma necessidade baseada em dados estatísticos, os quais comprovam que a mulher é a maior vítima de violência, que a mulher é um ser mais frágil comparada de forma geral ao homem, que a mulher precisa de um tratamento diferenciado em certas situações, etc..

O Estado tem que se atentar á todas essas informações culturais, costumeiras, históricas, entre outras, e desenvolver políticas públicas com o intuito de diminuir esse desequilíbrio social de forma constitucional e cumprindo com suas

obrigações internacionais. Com esse intuito é que a Lei 11.340/2006 foi criada, por ser a mulher a maior vítima de violência doméstica e familiar, ademais, ao atingir a mulher ocorre à desestruturação na família, o que atinge de forma direta a sociedade.

A Lei Maria da Penha é um dos mecanismos para se acabar ou diminuir com a violência contra a mulher, sendo este um objetivo global, assim ao ser direcionada apenas às mulheres propositalmente, a Lei não abre lacunas para que seja aplicada para homens e tão pouco fere o princípio da isonomia, uma vez que este tem por essência tratar desigual os que são desiguais.

O homem que sofre violência doméstica e familiar não é desamparado pela legislação, assim não há motivos para aplicar a Lei Maria da Penha pelo princípio da analogia, seria esta uma solução se não houvesse nenhum amparo legislativo para este caso. O Código Penal não funciona essencialmente como a Lei Maria da Penha, pois se assim fosse não seria esta necessária, mas ampara de forma suficiente a vítima de violência doméstica e familiar do sexo masculino, e acrescenta-se ainda, a Lei veio em benefício somente das mulheres, por ser baseada nas necessidades desta.

Portanto a Lei 11.340/2006 é uma lei específica, que veio com o intuito de diminuir o desequilíbrio existente entre gêneros, além de cumprir com obrigações históricas e com o dever pactuado nos tratados internacionais.

A grande quantidade de casos em que ocorre violência contra a mulher no seio familiar, trouxe uma especial atenção por parte do Estado brasileiro, que intervém através de mecanismos, como a Lei Maria da Penha, para não propagar a violência contra a mulher e mais, para tentar eliminá-la.

REFERÊNCIAS

[Online]

AURÉLIO, Marco. 2012. Jurisprudência. *Supremo Tribunal Federal*. [Online] 9 de fevereiro de 2012. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>.

BATISTA, Nilo. 2011. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro : Renavan, 2011.

BIBER, Judimar. 2008. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 29 de abril de 2008. [Citado em: 4 de abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D1021C85D80075779B38ACDA0694C7FB.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0672.07.240510-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

CARNEIRO, Herbert. 2011. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 12 de Janeiro de 2011. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.10.061066-6%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

CECÍLIA, Ana e Gama, Ricardo Rodrigues. 2009. *Lei Maria da Penha: Comentários à Lei nº 11.340/2006*. Campinas : Russel, 2009.

DIAS, Maria Berenice. 2012. *A Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

FILHO, Roberto Freitas e Lima, Thalita Moraes. 2010. *Metodologia de Análise de Decisões - MAD*. Brasília : s.n., 2010.

GUTTIERREZ, Júlio Cezar. 2014. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 21 de Outubro de 2014. [Citado em: 29 de Abril de 2016.] http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=54B721E6B3F8A18378EF24C4D95AA0BC.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0491.14.000134-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. 2013. *Violência contra a Mulher*. São Paulo : Atlas, 2013.

MILANEZ, Márcia. 2013. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 28 de Fevereiro de 2013. [Citado em: 04 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0324.11.006806-5%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

OLIVEIRA, Luciano. Não Fale do Código de Hamurábi! A Pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.

PERROT, Michelle. 2007. *Minha história da mulheres*. São Paulo : Contexto, 2007.

REUTERS, Thomson. 2015. *VADE MECUM*. São Paulo : Revista dos Tribunais , 2015.

SANTOS, Marcílio Eustáquio. 2015. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 05 de Fevereiro de 2015. [Citado em: 04 de Abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.13.099996-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.

VERGARA, Pedro. 2009. Jurisprudência. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. [Online] 17 de novembro de 2009. [Citado em: 4 de abril de 2016.] <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0000.08.487645-7%2F000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>.